

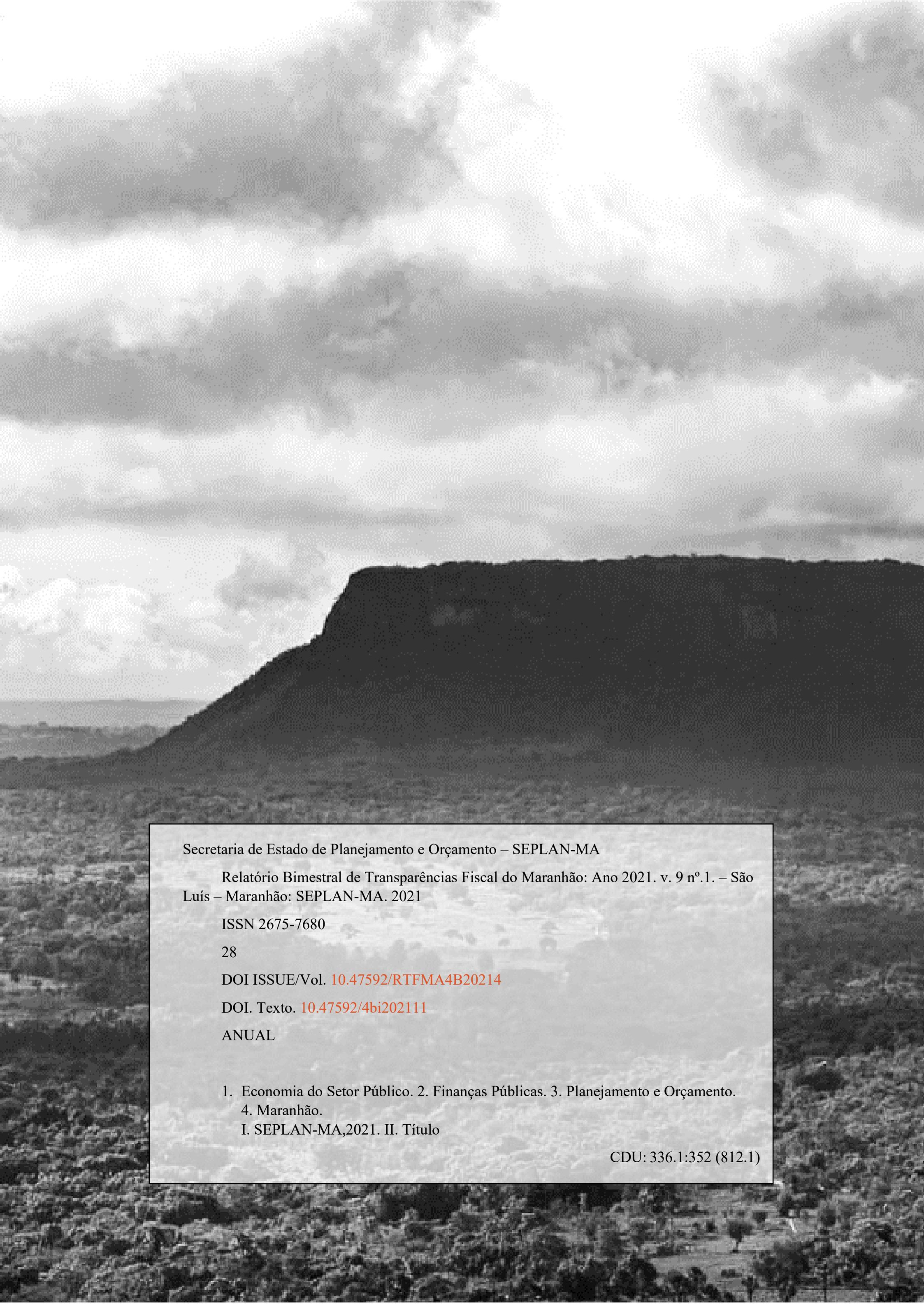


Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento  
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade  
Superintendência de Assuntos Fiscais



# Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

4º bimestre de 2021



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparências Fiscal do Maranhão: Ano 2021. v. 9 nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2021

ISSN 2675-7680

28

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA4B20214](https://doi.org/10.47592/RTFMA4B20214)

DOI. Texto. [10.47592/4bi202111](https://doi.org/10.47592/4bi202111)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.
- I. SEPLAN-MA,2021. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

## **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**

**Flávio Dino**

Governador do Estado do Maranhão

**Carlos Brandão**

Vice-Governador do Estado do Maranhão

## **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN**

**Cynthia Mota Lima**

Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

**Caroline Sousa de Jesus**

Subsecretária de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

## **SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC**

**Marcello Apolônio Duailibe Barros**

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

## **SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFI**

**João Carlos Souza Marques**

Superintendente de Assuntos Fiscais

### **COORDENAÇÃO:**

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

### **ANALISTAS ECONÔMICOS:**

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

### **SUMÁRIO EXECUTIVO:**

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

### **TÉCNICOS E ASSISTENTES:**

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

### **APOIO TÉCNICO:**

Jacksson dos Santos Pereira

### **REVISÃO:**

Eduardo Henrique Santos Pereira

Marcelo de Sousa Santos

### **EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:**

João Carlos Souza Marques

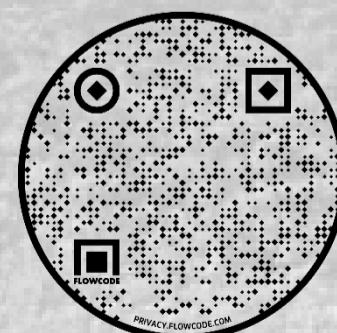
### **CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS**

#### **Fotografias**

José Costa Miranda Júnior ([@fozzie\\_slz](#))

### **APOIO INSTITUCIONAL**

Conselho Regional de Economia da 15<sup>a</sup> Região – CORECON-MA





## O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públcas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproxima-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públcas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públcas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque nos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual, verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (art. 9º) e da Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE (IN nº 26).

Boa leitura!

# SUMÁRIO

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR .....	6
2.	CENÁRIO MACROECONÔMICO .....	7
2.1.	Cenário Estadual .....	10
3.	CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS .....	12
3.1.	Resultado Primário do Governo Central.....	12
3.2.	Resultado Primário do Setor Público Consolidado.....	13
3.3.	Finanças Públicas Maranhenses.....	14
a.	Receitas.....	14
i.	Receitas de Transferências.....	15
ii.	Receitas Tributárias .....	15
iii.	Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2021 .....	16
b.	Despesas .....	17
4.	TÓPICOS EXTRAS .....	21
4.1	Evolução e Perspectiva do Serviço da Dívida do Estado do Maranhão .....	21
4.2.	Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios .....	23



## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

### CAUTELA CONTINUA SENDO A RECOMENDAÇÃO

Foi com imenso prazer que aceitei o convite dos economistas da SEPLAN, especialmente, meus ex-alunos no Curso de Ciências Econômicas e parceiros no Grupo de Pesquisa Economia Regional Aplicada (ERA), Marcello Duailibe Barros, Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade e, João Carlos Souza Marques, Superintendente de Assuntos Fiscais; para escrever essa Carta aos leitores do Relatório de Transparência Fiscal (RTF), do Maranhão, referente ao quarto bimestre de 2021. Fico muito feliz em ver alunos, ex-alunos, orientandos e ex-orientandos, ocupando cargos de destaque e responsabilidade no governo do estado. Isso quer dizer que o de Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal (UFMA), vem cumprindo sua missão de fornecer bons profissionais tanto para o setor público como para a iniciativa privada.

O respectivo relatório, nos recomenda mais uma vez cautela, tal como exposto no RTF do terceiro bimestre. Isso porque a pandemia não acabou e no momento em que se fechou o texto, os dados de infecção e óbitos, tanto no mundo, quanto no Brasil voltaram a crescer, o que está obrigando os países a retomar as restrições de mobilidade, no que vai impactar na ainda delicada normalização dos fluxos das cadeias de suprimento globais.

Com efeito, o cenário econômico mundial continua em elevado grau de incertezas. Há que se ficar atento também para as tensões geopolíticas na Europa Oriental, com a questão russo-ucraniana, que por sua vez, fez disparar o preço do gás na segunda semana de dezembro. Isso não é trivial, tal *commodity* é de suma importância tanto para a produção industrial como para o consumo das famílias europeias, obrigando-os a transferir custos para toda as cadeias mercantis em escala internacional.

No que toca ao cenário nacional, o pessimismo na economia brasileira continua, dado que a inflação, juros e desemprego se mantém altos, e sem nenhuma perspectiva de melhora através da política econômica do governo. Ao contrário, o executivo, na figura do presidente da República, sinaliza a todo o momento que a retomada do crescimento está associada às exportações, e como essas estão crescendo, está tudo bem. Na verdade, devido especificidades das nossas exportações, estas geram poucos empregos, apresentam baixos ganhos de produção e produtividade e possuem elevada sensibilidade aos choques internacionais.

Portanto, tal como aponta este RTF, o Brasil continuará refém da inflação alta, com repercussão na contínua queda do consumo das famílias, ao mesmo tempo em que são obrigados a se endividarem, num ambiente de permanência do aumento da taxa de juros, resultando na expansão do desemprego e afundando as expectativas de investimento.

Com efeito, as incertezas na economia nacional repercutem nos entes subnacionais como o Maranhão. Todavia, nosso estado está em outra trajetória, como aponta o RTF. Isso porque o aumento das exportações vem beneficiando a economia maranhense, o que não deixa de ser uma fina ironia, já que o presidente da República elegeu o governador do Maranhão como inimigo ideológico. A política econômica que afunda o mercado nacional, é a mesma que beneficia os estados melhor posicionados no mercado internacional de *commodities*.

O respectivo relatório também aponta projeções muito importantes de investimento nas cadeias industriais do estado. Não obstante o contínuo cenário nacional pessimista; na contramão, há expectativas otimistas para o Maranhão. A questão é monitorar essa contaminação do primeiro sobre o segundo. As evidências são claras: 17,2% da força de trabalho desocupada (2T 2021), desorganização das transferências de renda para a população mais vulnerável (fim do bolsa família e um auxílio emergencial confuso) e fortes riscos de queda nos repasses de recursos advindos das Transferências do Fundo de Participação dos Estados – FPE e dos municípios – FPM. Por isso, a recomendação de prudência.

Por fim, mas não menos importante, cautela principalmente nas contas públicas. Como foi exposto no relatório do terceiro bimestre, a taxa de câmbio e o efeito inflacionário impacta diretamente as receitas públicas, pois num primeiro momento, gera-se a falsa impressão de ganhos. Por ser um *hub* de importações de combustíveis, claro que a arrecadação de ICMS vem aumentando, beneficiando o governo do estado e suas políticas públicas, bem como mantendo o nível de investimento dos últimos anos. Além disso, a inflação vem produzindo repasses substanciais nas receitas, não obstante o custo social e a queda do padrão de consumo das famílias.

No relatório do quarto bimestre não foi diferente, o excesso de arrecadação se mantém. O problema é que as despesas também acompanham o ritmo de crescimento, e que, por conseguinte, anulam os excessos, tal como já exposto no relatório anterior. Todavia, há dois aspectos muito positivos e que demonstram o respeito e a responsabilidade do governo do estado do Maranhão face aos seus cidadãos.

O primeiro diz respeito a gestão da pandemia. Isto é, o executivo estadual estabeleceu como objetivo não apenas lidar apenas no tempo presente, mas para compensar aquelas externalidades negativas investir em obras de infraestrutura, bem como aumentar o custeio das diversas estruturas de saúde, o que, por conseguinte, irá impactar no desenvolvimento futuro da sociedade. O segundo aspecto, é que o Maranhão vem administrando com zelo suas contas públicas, como demostram os resultados quantitativos a respeito da dívida líquida *vis a vis* a receita corrente líquida.

Portanto, frente ao otimismo estadual e o pessimismo nacional, recomenda-se contínua cautela, pois 2022 será um ano de muitas oscilações, não só em nível mundial, mas, principalmente, aqui no Brasil.

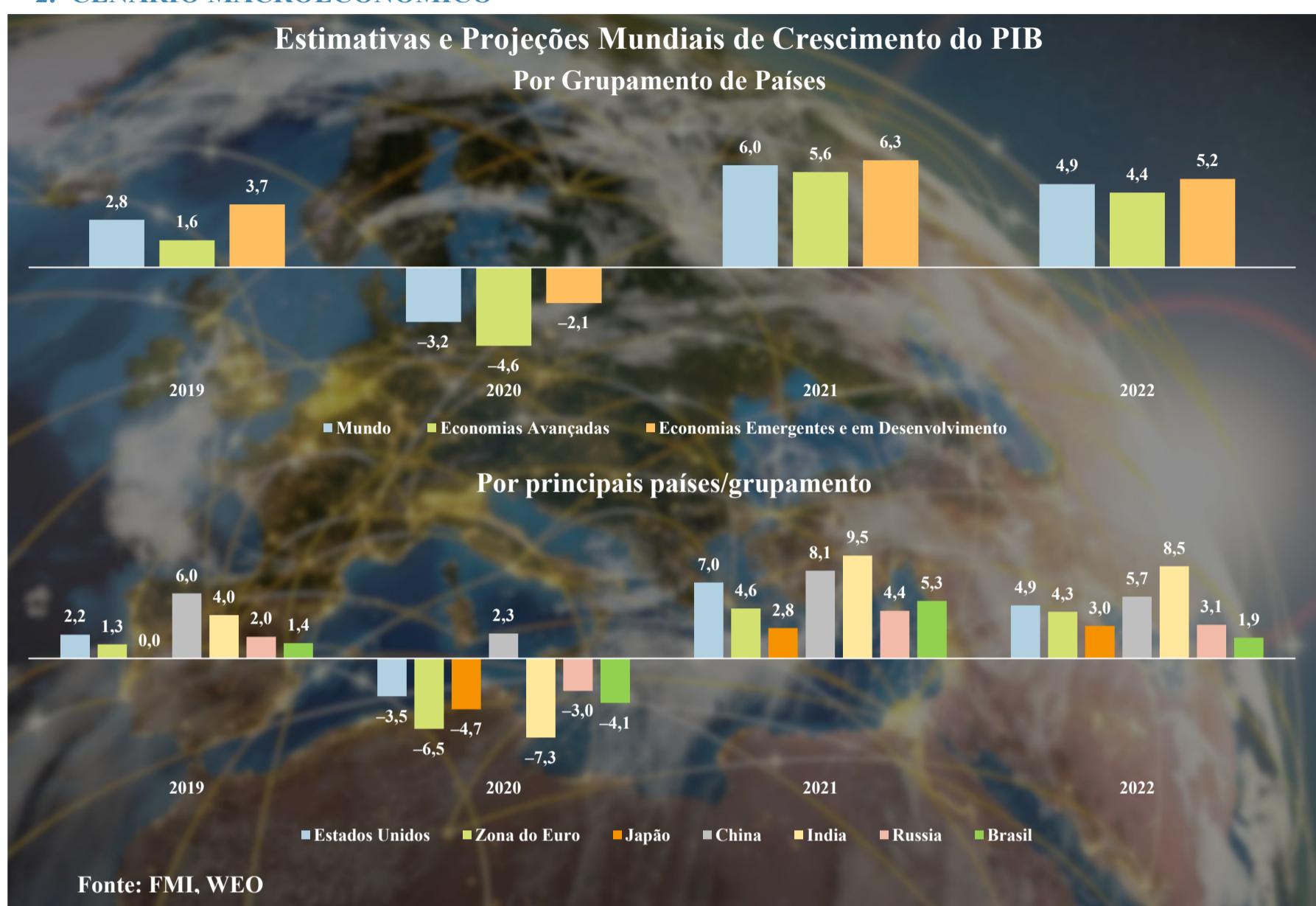
Boa leitura!

**Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula**  
Professor do Departamento de Economia da UFMA e  
do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico  
Líder do Grupo de Pesquisa em Economia Regional Aplicada - ERA





## 2. CENÁRIO MACROECONÔMICO



O panorama econômico mundial passa por uma fase duvidosa de crescimento, enquanto enfrenta o processo inflacionário globalizado (+4,3%), a recuperação da crise de 2020 resultante do clímax da pandemia da COVID-19 e com forte ampliação do gasto público visando políticas anticíclicas, assistenciais, emergenciais e sanitárias.

Não obstante tais dificuldades, há fortes riscos oriundos de novas variações da COVID-19, à medida que países ainda correm para vacinar com doses que combatem as primeiras variantes, da manutenção da necessidade de enfrentamento e continuidade dos gastos públicos, da mudança de paradigmas de mercado e os desmembramentos de consequências inesperadas. Tais riscos mantêm elevado o grau de incertezas quanto a velocidade da recuperação econômica global, mantém o perigo de novos ciclos de desastres sanitários e o fortalecimento da crise econômica.

Dessa forma, grande parte dos investimentos privados vem sendo continuamente adiados, o fluxo de capitais financeiros se mantém em ativos de menor oscilação, gerando um processo de maior estagnação para o crescimento das economias e afetando as taxas de câmbio, encarecendo importações para países em desenvolvimento, e as taxas de juros, dificultando captação de recursos e financiamento.

Simultaneamente ao problema de oferta, a demanda vem sendo reprimida pela alta da inflação, no mundo todo, destacadamente, nos países subdesenvolvidos, que possuem maiores quantitativos de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e menor renda. Dessa forma, amplia-se o contingente de extremamente pobres – conforme mencionava-se no [Relatório Bimestral de Transparência Fiscal do 4º bimestre de 2020](#), reduzindo a qualidade de vida e de subsistência da população, e, agravando ainda mais o processo de recuperação da economia.

No que tange as expectativas de crescimento econômico, as economias emergentes vêm sendo mais pujantes (+6,3% em 2021)

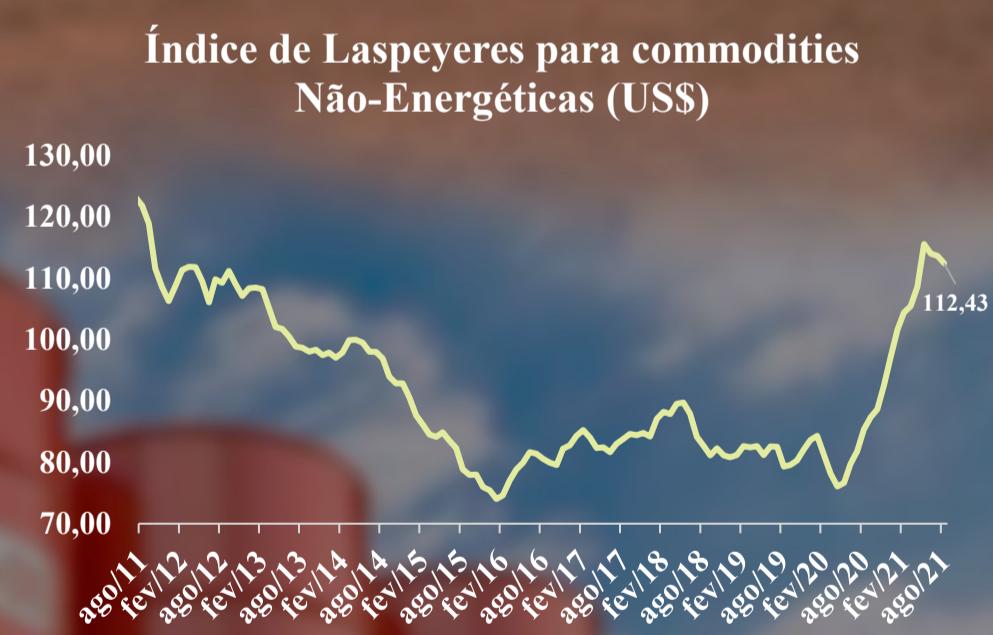
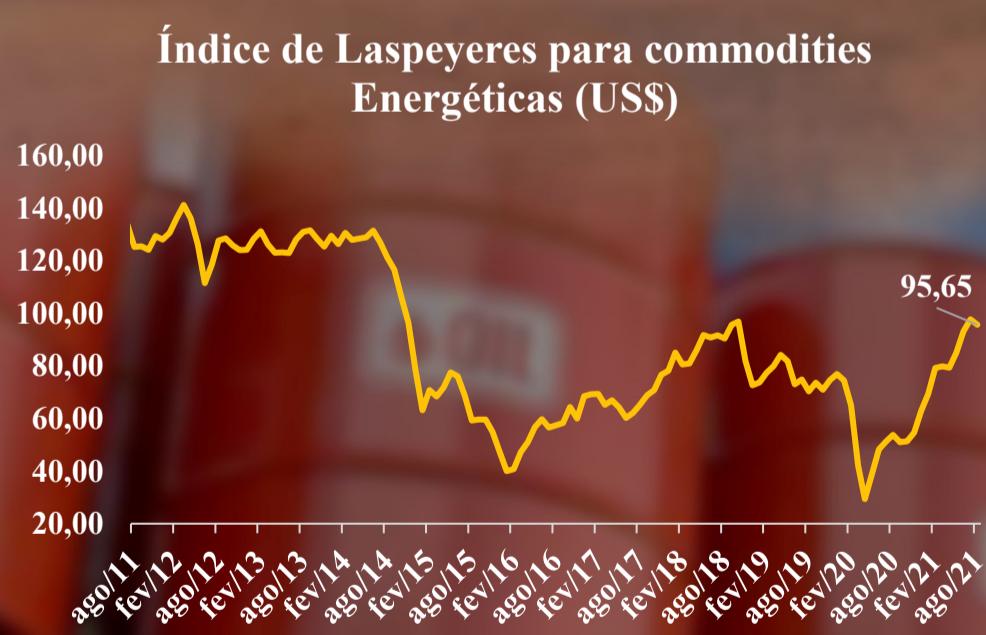
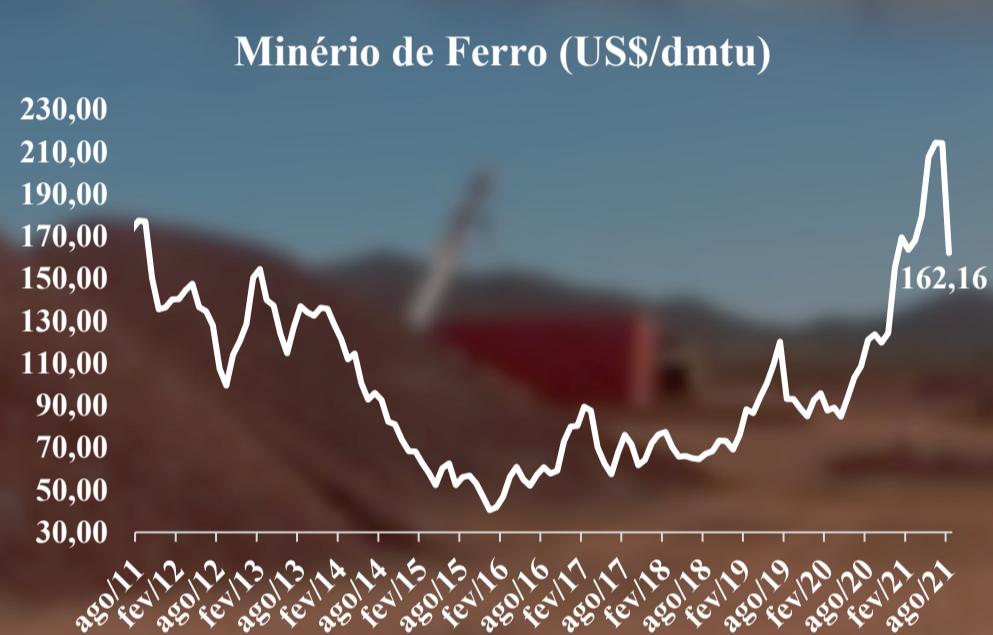
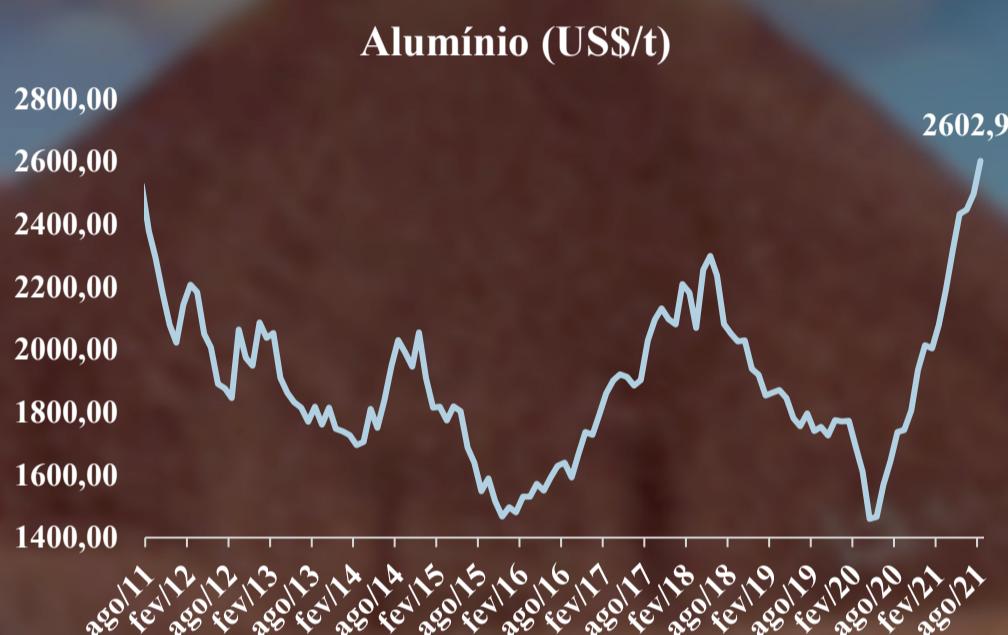
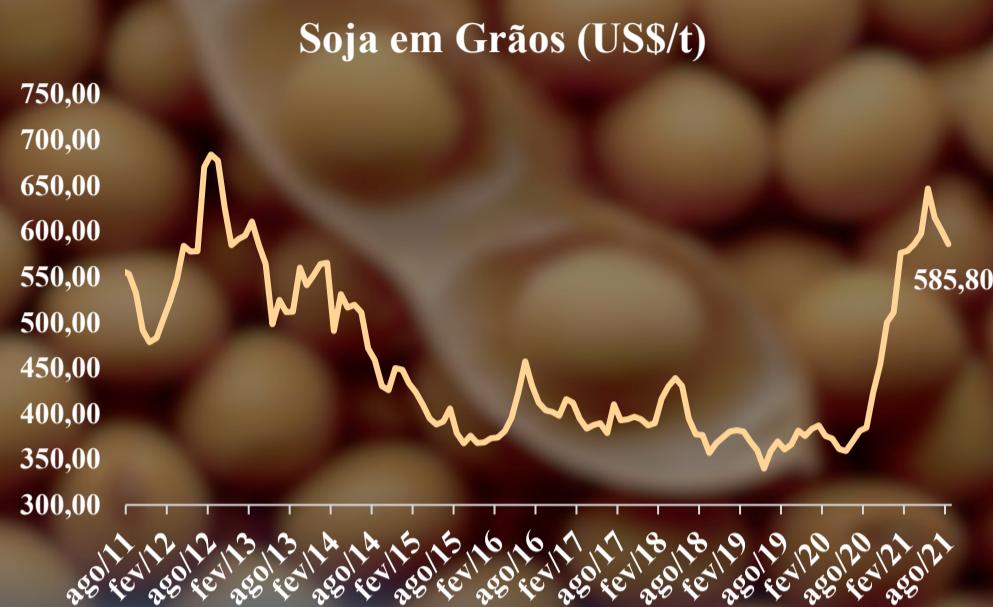
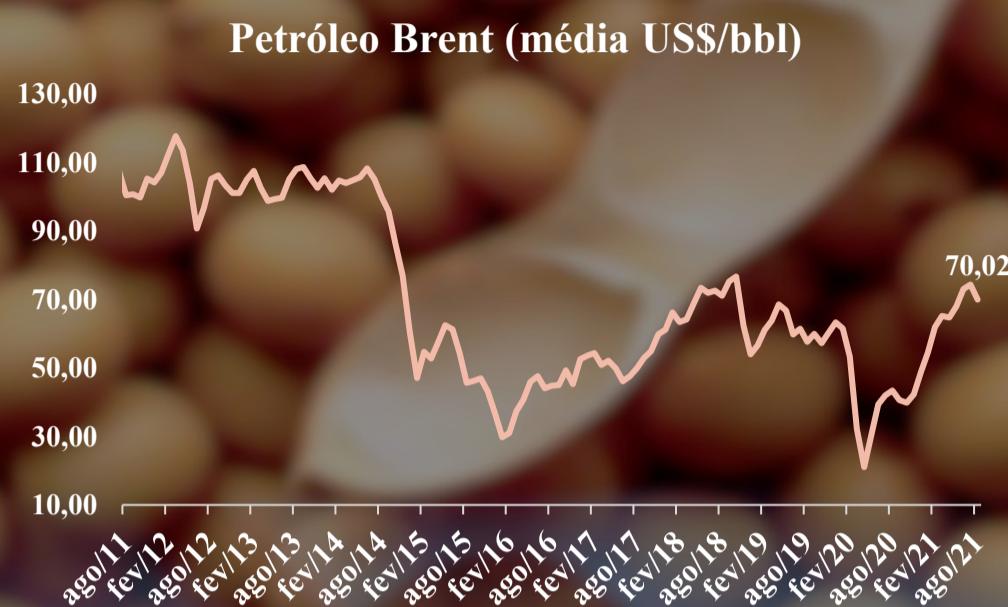
do que as economias avançadas (+5,6%). Esse destaque é resultado da forte recuperação da China (+8,1%) e Índia (+9,5%). Por outro lado, países da América Latina passam por revisões cada vez menores, como é o caso do Brasil que caiu de 5,6% para 5,3% e mantém perspectivas pessimistas.

O pessimismo para economia brasileira se mantém pautado no panorama macroeconômico do [Relatório de Transparência Fiscal do 3º bimestre de 2021](#), com o fortalecimento do processo inflacionário e da equivocada política de elevação das taxas de juros, da continuidade da elevada taxa de desemprego, do crescimento dos custos de produção – energia elétrica, combustíveis, insumos intermediários importados – e dos riscos políticos, fiscais e climáticos.

Pelo lado do mercado de *commodities*, a economia brasileira se beneficia nas exportações, sobretudo de produtos agrícolas e minerais-metálicos; todavia, com baixo ganhos de produção e de produtividade; portanto, com baixa geração de novos empregos na economia e deslocando-se apenas pelo efeito dos preços internacionais que estão suscetíveis à estabilização no longo prazo quando a oferta global deve se estabilizar dos choques da pandemia.

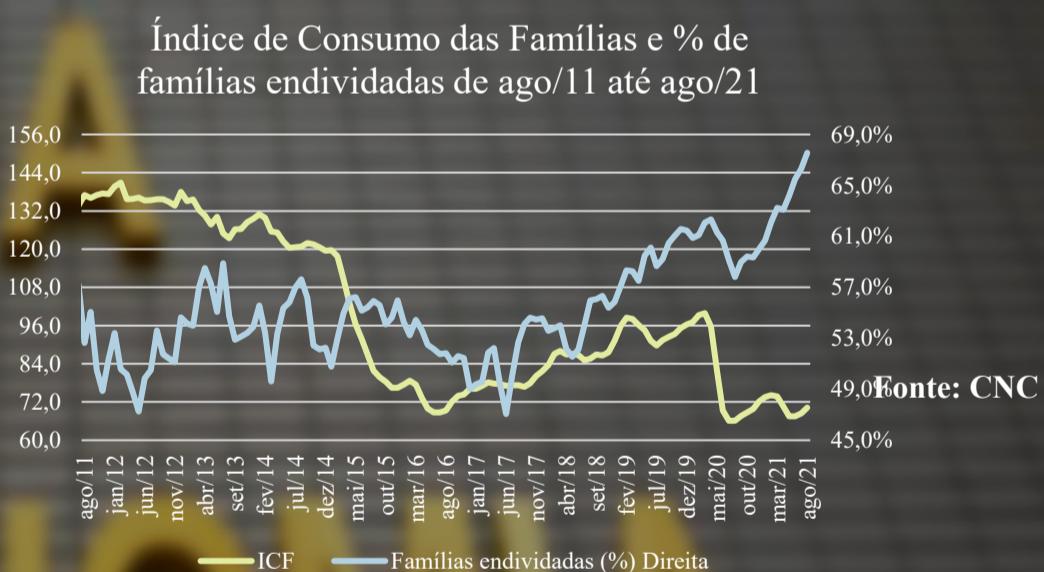
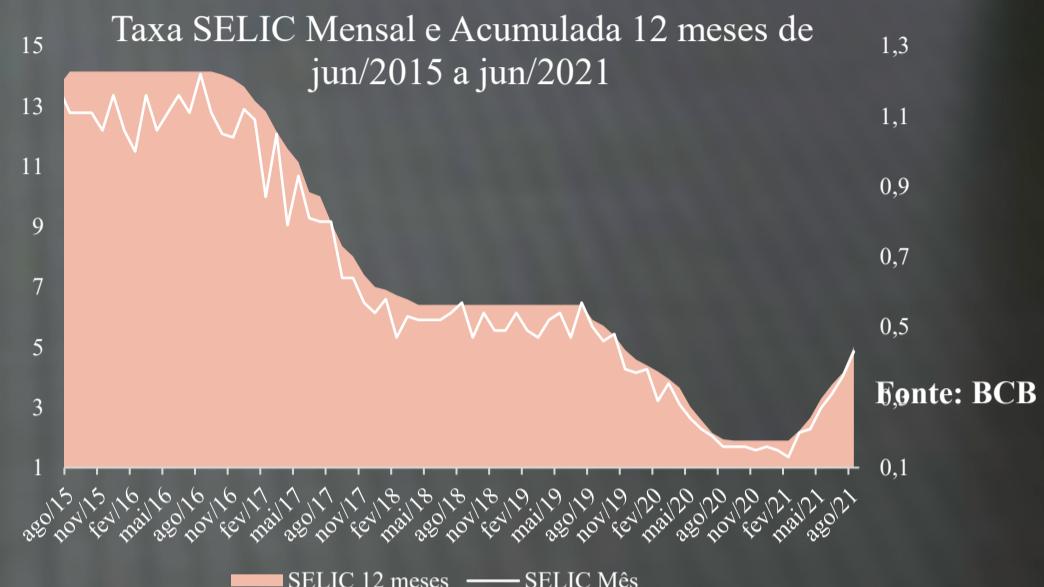
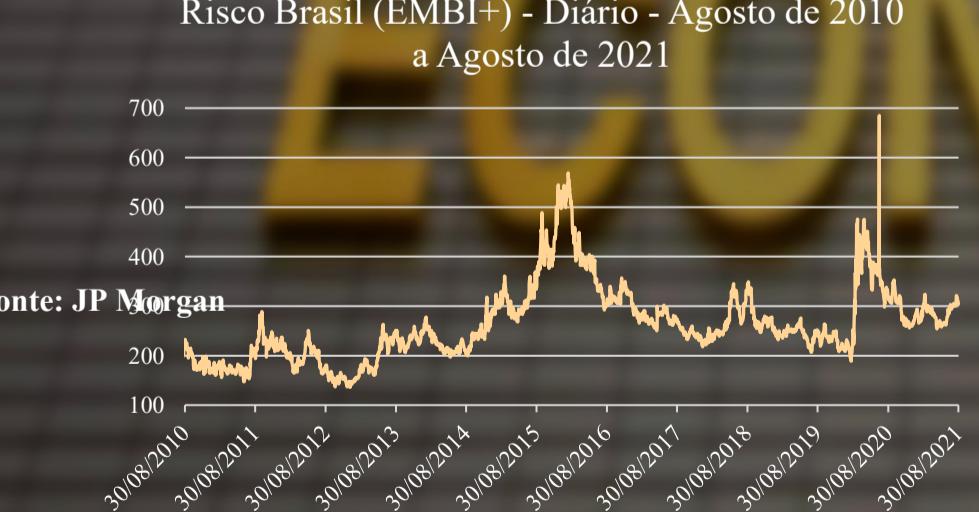
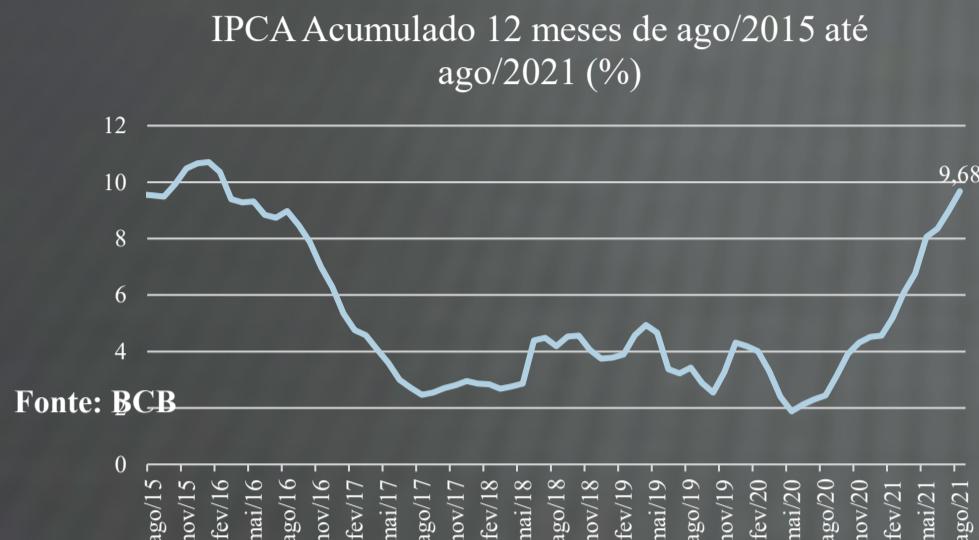
O cenário atual torna imprescindível para fomentar políticas públicas eficientes, pautadas na qualidade do gasto, e que tenham o caráter de controlar a inflação e estabilizar o câmbio, como balizadores da diminuição das incertezas, premissa suficiente para acelerar a retomada dos investimentos públicos e privados. A gestão dos gastos públicos se torna crucial para que país siga adiante nas pautas internacionais: meio ambiente, combate à pandemia, inclusão social, enfrentamento da pobreza, igualdade e equidade de gênero e racial, dentre outros frontes que incluem os [ODS](#), paradigmas que aparentam ter sido afastados da política Nacional do Governo atual.

**PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS  
COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE AGO/2011 ATÉ AGO/2021**



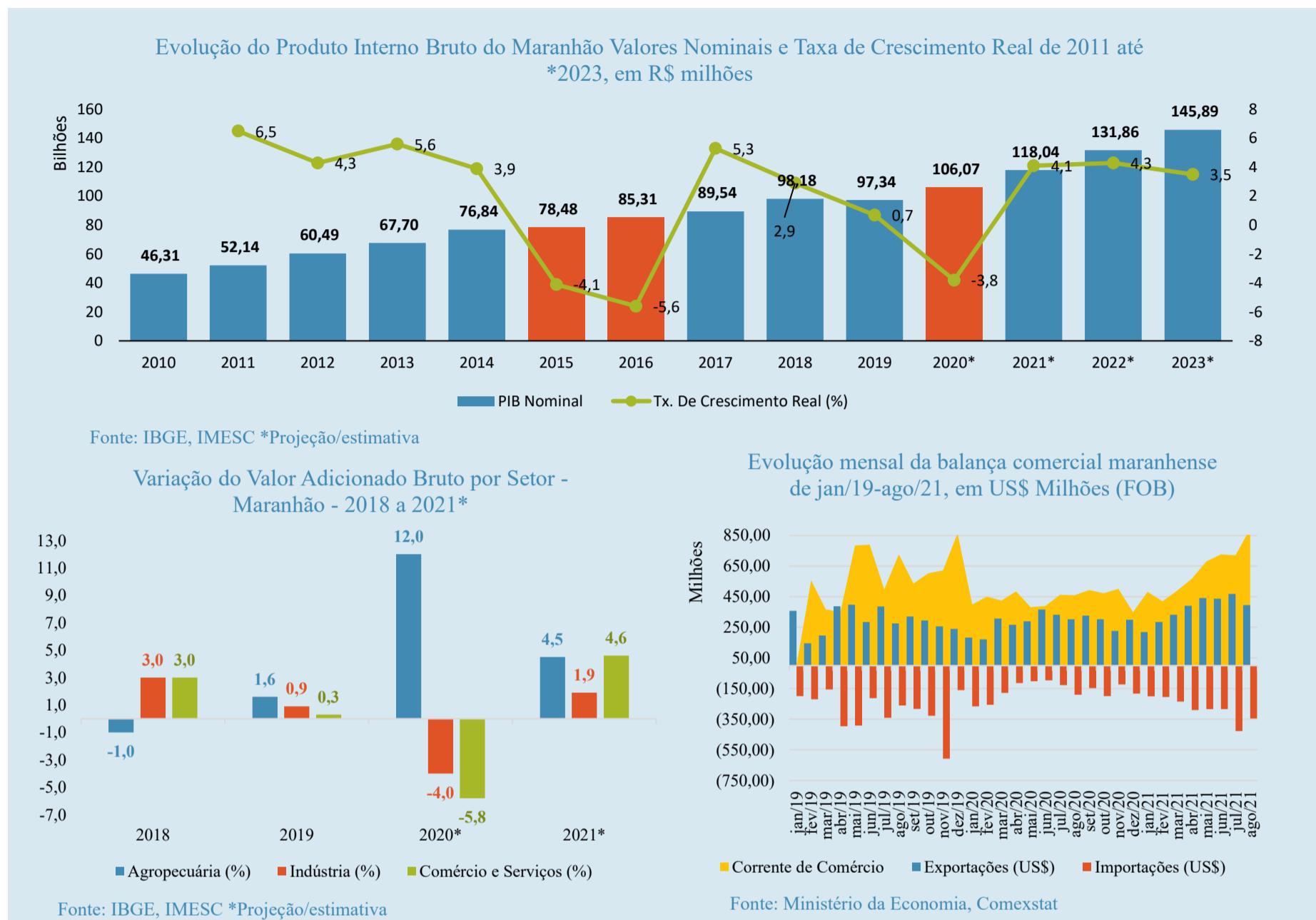
**Fonte: Banco Mundial**  
**set/2021**

## PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS





## 2.1. Cenário Estadual



Para a economia maranhense, a exposição do Estado com o comércio exterior de *commodities*, beneficiadas pela alta do câmbio e dos preços internacionais da Soja, do Alumínio e do Minério de Ferro, trouxe benfeitorias para o crescimento do PIB e perspectivas para novos investimentos.

Parte desses investimentos são provenientes da articulação com o Governo do Estado do Maranhão, com destaque para a Secretaria de Indústria, Comércio e Energia – SEINC e a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, são estes: a retomada da produção de Alumínio pelo consórcio Alumar S/A que estima inicialmente investir R\$ 400 milhões; a chegada da Cosan para operação de minério de ferro e do terminal portuário TUP Porto São Luís, adquirido por R\$ 720 milhões e que deve investir mais R\$ 1,5 bilhão na primeira fase do projeto; e os projetos em avaliação, a exemplo de possível construção de um novo terminal de recepção de fertilizantes, através de parceria da COPI com a VLI, e, estudos em andamento por parte da Eneva S/A para construção de terminal de Gás Natural Liquefeito – GNL.

Nessa seara, à despeito das externalidades negativas decorrentes dos custos elevados à população e aos insumos de produção do maior preço dos Combustíveis e Lubrificantes, no Maranhão, há dois benefícios diretos dada sua potencialidade como *hub* de importações de combustíveis. O primeiro, encontra-se no preço mais baixo do insumo em relação ao resto do país, o que leva a ganhos de competitividade e suaviza os impactos à população maranhense; o segundo, decorre do crescimento da arrecadação de ICMS, indiretamente, derivado do maior valor importado que resulta do efeito preço. Por conseguinte, tais benefícios levam o

governo do Estado a manter o nível de investimento em suas políticas públicas elevado durante esses momentos singulares da arrecadação.

Contudo, apesar do contexto positivo para a arrecadação do momento, o Maranhão também está sendo fortemente impactado pelas políticas macroeconômicas, diante do processo inflacionário e da elevação das taxas de juros. Consequentemente, a recessão nacional reduz a atividade estadual, resultando em menor geração de empregos e fazendo com que a taxa de desocupação em agosto registrasse 17,2%, muito embora, deve-se destacar que o estoque de empregos formais apresentou recuperação desde julho de 2020. Com isso, os empregos informais foram impactados pela crise econômica retromencionada, o que traz um alerta à parcela mais vulnerável da população, riscos de ampliação da extrema pobreza e problemas atinentes à segurança e saúde pública.

Em se tratando dos demais setores da economia, as pesquisas do LSPA e do IBGE estimam crescimento da produção agrícola em 2021, na faixa de 5,7%, puxados, destacadamente, pela Soja (4,9%) e pelo Milho (9,5%).

No que se refere ao setor terciário, a [Nota Bimestral de Conjuntura Econômica sobre o Comércio Varejista de agosto](#) elaborada pelo IMESC, reforçam crescimento do Comércio Varejista Ampliado de 9,6% e do Restrito de 5,3% no comparativo interanual 2021/2020 acumulado até agosto. Nesse diapasão, deve-se destacar que o volume de vendas do comércio se recuperou em relação ao período da crise de 2020. Contudo, ainda não se recuperou em relação ao período pré-pandemia.

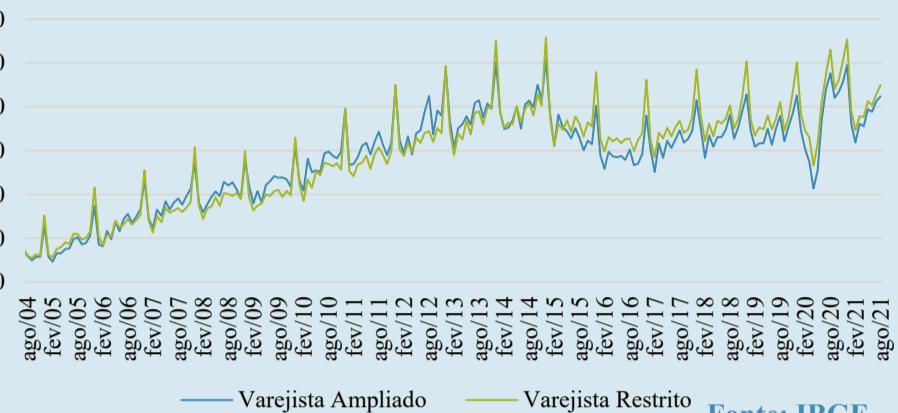


### Taxa de Desocupação (%) - Trimestral



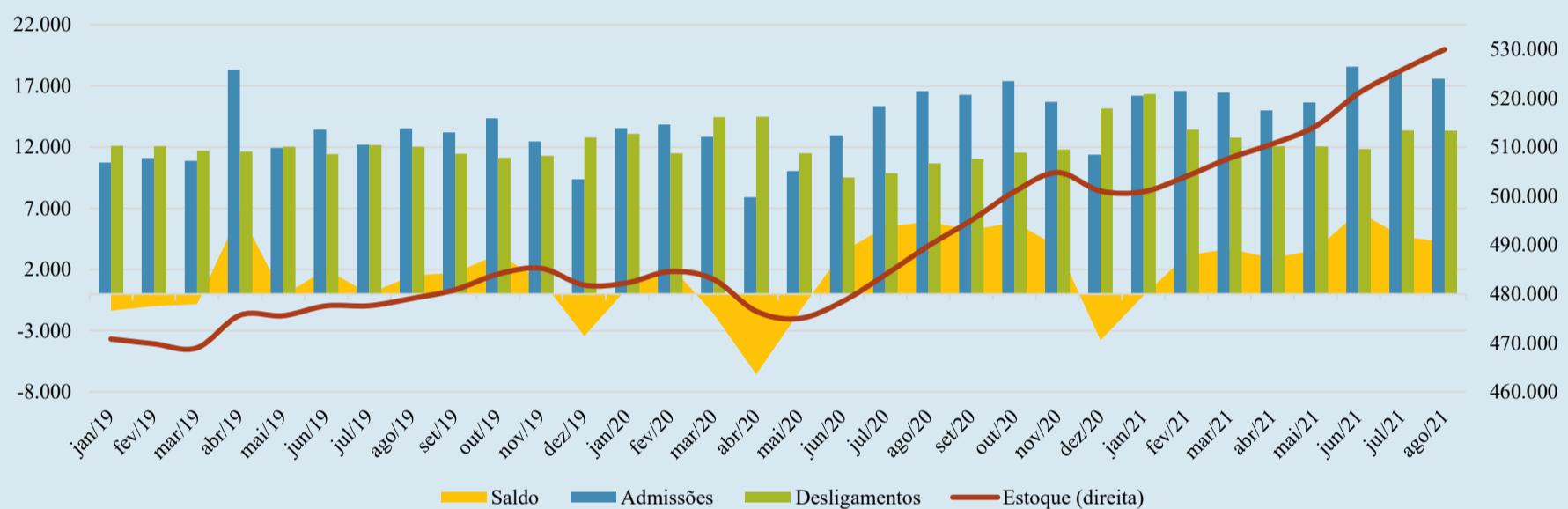
Fonte: IBGE

### Evolução do Índice de Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado de ago/2004 até ago/2021



Fonte: IBGE

### Evolução das Admissões, Desligamentos, Saldo e Estoque de Empregos no Maranhão de jan/2019 até ago/2021



Fonte: MTE

Nessa perspectiva, a economia maranhense aparenta traçar um cenário mais otimista do que o panorama nacional, com menos vulnerabilidades em relação à estrutura de empregos formais e ao investimento, resguardado devidas proporções. Dessa forma, a recuperação do consumo maranhense sinaliza uma retomada mais célere do que em âmbito nacional.

Apesar da menor exposição dos empregos formais maranhenses à crise econômica, deve-se reiterar o maior quantitativo proporcional de extremamente pobres e a menor renda do Estado, como vulnerabilidade crônica, arrefecedor do crescimento econômico e mantedor da desigualdade.

**a economia maranhense aparenta traçar um cenário mais otimista do que o panorama nacional, com menos vulnerabilidades em relação à sua estrutura de empregos formais e ao investimento, resguardado devidas proporções**

Outrossim, alerta-se que os riscos que afetam o panorama nacional podem desencadear em consequências para os Entes subnacionais, sobretudo, de reduções dos repasses de recursos advindos das Transferências do Fundo de Participação dos Estados

– FPE e dos Municípios – FPM, frustrando os valores orçados nos instrumentos de planejamento.

Assim, é importante destacar que os Estados não possuem mecanismos para fomentar políticas macroeconômicas robustas que afetem o câmbio, a inflação e as taxas de juros, estando suscetíveis aos erros e acertos do Governo Central. Portanto, a política de ampliação das taxas de juros poderá igualmente arrefecer os investimentos, o crédito e a demanda maranhense; ao passo que a inflação continua deteriorando o poder de compra das famílias. Logo, mesmo em um cenário mais favorável, o Estado poderá ter a velocidade de sua recuperação comprometida.

O contingente de extremamente pobres, no mundo, cresceu em decorrência da COVID-19. Concomitante a isso, o processo inflacionário impacta mais significativamente nas famílias de menor renda, a redução do investimento dificulta geração de novos empregos e, dessa forma, amplia-se a necessidade de intervenções da Gestão Pública no apoio da população.

Para 2022, frisam-se os riscos climáticos do *La niña*, que podem afetar os preços dos alimentos, aumentando não somente a inflação como a vulnerabilidade, mas a possibilidade de crescer o quantitativo de pessoas em situação de subnutrição.

Por fim, para o próximo ano, há também uma forte tendência de ampliação dos gastos públicos em outros vetores, como da despesa com pessoal que até o momento estão congelados, dados dispositivos legais de controle de gastos; em contraposição à realizações de gastos discricionários, como custeio e investimentos, incluído medidas anticíclicas, em função de vedações legais do período eleitoral, ambas as questões serão discutidas na próxima seção.



### 3. CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

#### 3.1. Resultado Primário do Governo Central

#### DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL (em milhões)

Discriminação	Acumulado Jan-Ago		4º Bim		Acumulado		4º Bim	
	2020	2021	2020	2021	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %
<b>1. Receita Total</b>	<b>890.946,12</b>	<b>1.218.088,66</b>	<b>232.515,80</b>	<b>317.743,72</b>	<b>327.142,54</b>	<b>36,7</b>	<b>85.227,92</b>	<b>36,7</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	554.468,20	768.302,94	135.622,47	194.493,37	213.834,74	38,6	58.870,90	43,4
1.2 - Incentivos Fiscais	-137,52	-85,87	-	-52,03	51,65	-37,6	-52,03	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	233.080,75	280.836,39	70.732,72	75.670,23	47.755,64	20,5	4.937,51	7,0
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	103.534,68	169.035,19	26.160,61	47.632,14	65.500,51	63,3	21.471,53	82,1
<b>2. Transf. por repartição de receita</b>	<b>171.664,25</b>	<b>229.076,00</b>	<b>40.138,11</b>	<b>60.760,92</b>	<b>57.411,75</b>	<b>33,4</b>	<b>20.622,81</b>	<b>51,4</b>
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	132.761,95	179.190,33	31.276,81	45.758,25	46.428,37	35,0	14.481,45	46,3
2.2 Fundos Constitucionais	6.228,57	4.525,99	1.622,31	1.153,53	-1.702,58	-27,3	-468,78	-28,9
2.3 Transferência de Contribuição do Salário Educação	8.576,27	9.351,07	1.862,11	2.175,12	774,79	9,0	313,02	16,8
2.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais	23.315,15	35.399,58	5.220,68	11.508,44	12.084,43	51,8	6.287,76	120,4
2.5 CIDE - Combustíveis	512,78	273,86	119,79	105,29	-238,92	-46,6	-14,50	-12,1
2.6 Demais	269,52	335,18	36,42	60,28	65,66	24,4	23,86	65,5
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>719.281,87</b>	<b>989.012,66</b>	<b>192.377,69</b>	<b>256.982,80</b>	<b>269.730,79</b>	<b>37,5</b>	<b>64.605,12</b>	<b>33,6</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>1.320.584,04</b>	<b>1.072.324,97</b>	<b>376.334,21</b>	<b>286.692,09</b>	<b>-248.259,06</b>	<b>-18,8</b>	<b>-89.642,12</b>	<b>-23,8</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	458.594,07	491.265,07	100.802,33	127.718,97	32.671,00	7,1	26.916,65	26,7
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	208.924,91	215.883,27	56.317,22	58.126,89	6.958,36	3,3	1.809,68	3,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	507.953,14	214.047,14	183.955,00	57.324,88	-293.906,01	-57,9	-126.630,12	-68,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	145.111,92	151.129,49	35.259,66	43.521,35	6.017,58	4,1	8.261,68	23,4
<b>5. Resultado Governo Central - Acima da Linha (3 - 4)</b>	<b>-601.302,17</b>	<b>-83.312,31</b>	<b>-183.956,52</b>	<b>-29.709,29</b>	<b>517.989,85</b>	<b>-86,1</b>	<b>154.247,23</b>	<b>-83,8</b>
6.1 Ajuste Metodológico Itaipu	930,54	-	-	-	-930,54	-100,0	-	-
6.2 Ajuste Metodológico Caixa - Competência	2.140,24	1.326,25	1.479,66	1.277,12	-814,00	-38,0	-202,54	-13,7
<b>7. Discrepança Estatística</b>	<b>3.621,87</b>	<b>108,50</b>	<b>2.135,43</b>	<b>1.709,36</b>	<b>3.730,38</b>	<b>-103,0</b>	<b>3.844,79</b>	<b>180,0</b>
<b>8. Resultado Governo Central - Abaixo da Linha (5 + 6 + 7)</b>	<b>-601.853,26</b>	<b>-71.997,08</b>	<b>-184.612,30</b>	<b>-16.842,32</b>	<b>529.856,18</b>	<b>-88,0</b>	<b>167.769,97</b>	<b>-90,9</b>

Fonte: STN

No 4º bimestre de 2021, o Resultado Primário do Governo Central foi deficitário em -R\$ 29,7 bilhões. Apesar do valor negativo, este representa uma melhora em relação ao mesmo período do ano anterior que caiu em -R\$ 183,9 bilhões. A melhora da receita, impulsionada pela retomada do crescimento, explica este evento. A Receita Líquida cresceu R\$ 64,6 bilhões (+33,6%), enquanto a Despesa Total apresentou redução de R\$ 89,6 bilhões (-23,8%) quando comparadas ao 4º bimestre de 2020.

Os dados referentes à tributação sobre a renda no bimestre considerado confirmam a gradual retomada da atividade econômica no Brasil e o ritmo de crescimento no período pós pandemia frente ao pico da crise vivenciado em 2020. O Tesouro Nacional mostrou que a recuperação do emprego tem sido o principal fator do crescimento do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (+R\$ 22,6 bilhões; +158,1%). [O Indicador Antecedente de Emprego – IAemp<sup>1</sup>](#) – da Fundação Getúlio Vargas – FGV – mostrou que em agosto de 2021 registrou novamente comportamento positivo, subindo 0,9 ponto, chegando a 90,1 pontos no quinto mês seguido de alta e aproximando-se do nível pré-pandemia. O resultado desse indicador é o melhor nível desde fevereiro de 2020. O controle da pandemia, as medidas de flexibilização e a melhora do setor de serviços (em que há elevado grau de empregabilidade), são importantes fatores que contribuem para gradual retomada econômica no país.

A tributação sobre a lucratividade foi bastante expressiva no 4º bimestre de 2021. O Imposto de Renda se elevou em R\$ 33,3 bilhões (+74,2%) no período considerado. Dentro deste grupo, observa-se o crescimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ em R\$ 1,77 bilhões (+21,8%). Isso se deve ao recolhimento atípico de aproximadamente R\$ 9 bilhões, ou seja, fora de época que foi impulsionado pelas empresas que registraram lucros maiores que o previsto e tiveram que pagar a diferença.

As transações financeiras representaram o maior percentual de arrecadação no 4º bimestre de 2021, concentradas no IOF que

cresceu em R\$ 7 bilhões (+382%). Segundo o boletim do Tesouro Nacional, o aumento é justificado pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 1º e 30 de julho de 2020. A medida teve por objetivo baratear as linhas de crédito emergenciais concedidas durante a pandemia, mas voltou à normalidade a partir de janeiro de 2021, tornando o custo do empréstimo mais caro.

A tributação sobre o faturamento teve um leve crescimento nos meses de julho e agosto de 2021, em comparação ao mesmo período do ano passado. Trata-se de um crescimento tímido, mas que representa um importante indicador da gradual retomada da atividade econômica no país e no recolhimento das receitas. Os dados mostram que no Cofins, houve acréscimo de R\$ 1,9 bilhões (+4,12%), explicadas fundamentalmente pelo recolhimento adicional desta contribuição, cujo prazo de recolhimento foi prorrogado de abril para agosto de 2020; dos acréscimos reais de 7,10% do volume de vendas (PMC-IBGE) e de 17,80% no volume de serviços (PMC-IBGE) em julho de 2021 em relação a julho de 2020; e do favorável desempenho das importações em relação ao mês de agosto de 2021.

A Arrecadação Líquida para o RGPS se elevou em R\$ 4,9 bilhões (+7%) no 4º bimestre de 2021. Em relação ao mês de julho, houve um saldo positivo de 316.580 empregos registrado no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE). Houve ainda diferimento dos parcelamentos especiais, em função da Portaria ME 2021/20, e a suspensão do prazo de pagamento dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios, em função da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.072/20. Já em agosto de 2021, foi paga apenas parte da parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de abril de 2021 (Resolução CGSN nº 158/21).

Dentro do grupo das Receitas não Administradas pela RFB, a rubrica das Receitas de Exploração de Recursos Naturais teve o seu desempenho positivo, registrando elevação de R\$ 12 bilhões

<sup>1</sup> O IAEmp é construído como uma combinação de séries extraídas das Sondagens das Indústria, de Serviços e do Consumidor, tendo a capacidade de

anticipar os rumos do mercado de trabalho no país. O indicador é positivamente relacionado com o nível de emprego no país.



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

(+133,9%) ante o 4º bimestre do ano passado. O resultado assinalado decorre principalmente da *commodity* petróleo e dos efeitos em conjunto do: preço internacional, câmbio e nível de produção.

O crescimento de R\$ 14,5 bilhões (+22,8%) do FPM/FPE/IPI-EE é explicado pelo reflexo da elevação conjunta, em junho-julho e julho-agosto de 2021, dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

A rubrica de Benefícios Previdenciários, também, registrou aumento de R\$ 26,9 bilhões (+26,7%). Conforme relatório do Tesouro Nacional, isto se deve à antecipação do pagamento de parcela de 13º salário de aposentados e pensionistas em julho de 2021, sem a mesma contrapartida em julho de 2020. Tal dinâmica, dificulta quaisquer esforços de comparação desses Benefícios, pois representa uma mudança de comportamento em relação ao ano anterior, ficando bem acima do crescimento do IPCA acumulado de 9,6% (em comparação a agosto/2020 – agosto/2021).

Dentro do grupo de Outras Despesas Obrigatórias, observa-se a queda do recolhimento de receitas do Abono e Seguro Desemprego, que foi de -R\$ 3,8 bilhões (-43,1%). Essa diminuição

é resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego, bem como da postergação dos pagamentos de abono salarial referentes ao 2º semestre de 2021 que serão pagos em 2022.

A queda na Despesa Total, como mencionado no início do tópico, está relacionada sobretudo com a redução dos gastos com o enfrentamento à pandemia. No 4º bimestre de 2021, o volume de Créditos Extraordinários (exceto PAC) caiu em R\$ 88,2 bilhões (-72,1%) em relação ao mesmo período de 2020, ratificado pela cessão de Apoio Financeiro na ordem de R\$ 33,5 bilhões (-100%) aos Estados e Municípios.

Por outro lado, a rubrica de Subsídios, Subvenções e Proagro registraram variação positiva de R\$ 62,8 bilhões (+2,8%), explicado essencialmente porque em julho de 2020 houve devolução à União de R\$ 14,3 bilhões (em valores reais) que haviam sido destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE, instituído pela MP 944/2020, para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia, evento sem contrapartida em julho de 2021.

#### Arrecadação Federal por base de incidência<sup>1</sup>, valores absolutos e cresc. % - 4º bimestre de 2020 e 2021

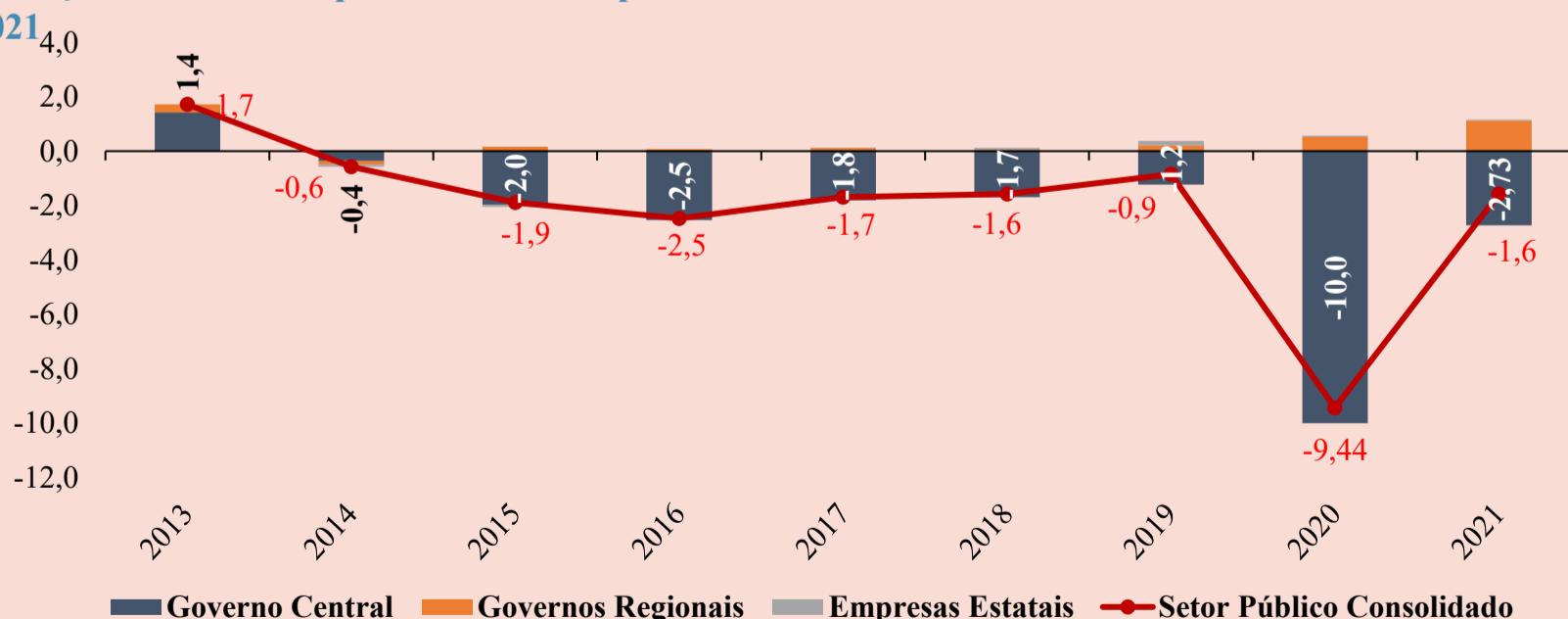
Base de incidência	4º Bim		4º Bim	
	2020	2021	Var. R\$	Var. %
<b>Total Receita Administrada pela RFB</b>	<b>135.622,47</b>	<b>194.493,37</b>	<b>58.870,90</b>	<b>43,4</b>
Renda do trabalho	18.658,71	27.197,32	8.538,61	45,8
Lucratividade	24.506,13	57.492,54	32.986,42	134,6
Faturamento	58.699,76	60.797,94	2.098,18	3,6
Importação	10.441,28	14.781,80	4.340,51	41,6
Produção	5.890,41	6.010,45	120,04	2,0
Transações financeiras	1.833,62	8.838,58	7.004,96	382,0
Combustíveis	389,31	307,14	-82,16	-21,1
Ganho de capital	11.925,70	14.097,78	2.172,09	18,2
Folha de pagamentos	-	-	-	-
Outras	3.277,55	4.969,81	1.692,26	51,6

Fonte: STN.

<sup>1</sup>A rubrica da Renda do Trabalho refere-se à soma das arrecadações de IR - Pessoa Física, Rendimento do Trabalho e Outros; dentro da rubrica Lucratividade encontram-se os valores correspondentes a I.R – Pessoa Jurídica e CSLL; no Faturamento encontra-se o somatório da COFINS e PIS/PASEP; na rubrica da Importação está a arrecadação total do IPI – Vinculado e das Importações em si; na Produção estão os valores referentes ao IPI – Fumo, IPI -Bebidas, IPI – Automóveis e IPI – Outros; as Transações Financeiras correspondem ao somatório das receitas de IOF e CPMF; dentro da rubrica de Combustíveis está o somatório total da receita de CIDE Combustíveis; Ganho de Capital diz respeito ao IRRF – Rendimentos do Capital e IRRF – Remessas ao Exterior e Folha de Pagamentos correspondem ao total de outras receitas do grupo.

#### 3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado

##### Evolução do Resultado primário do setor público consolidado em % do PIB de 2013 até 4º bimestre de 2021



Fonte: BCB



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

O Setor público Consolidado, formado pela União, estados, municípios e empresas estatais, fechou julho de 2021, com déficit primário de R\$ 10,3 bilhões. Os dados do mês refletiram um déficit do Governo Central em R\$ 16,8 bilhões e dos governos regionais de R\$ 7,3 bilhões. As estatais tiveram superávit de R\$ 786 milhões em julho de 2021, conforme nota divulgada pelo [Banco Central](#).

Em agosto de 2021, o superávit primário do Setor Público Consolidado foi de R\$ 16,7 bilhões. No mês, o Governo Federal foi responsável por déficit primário de R\$ 11,1 bilhões; os estados e municípios apresentaram um resultado positivo de R\$ 27,3 bilhões e as empresas estatais registraram superávit primário de R\$ 484 milhões.

O saldo positivo do mês de agosto é decorrente do aumento da arrecadação que tem crescido com a elevação do nível de atividade e da diminuição de gastos do governo com a pandemia da Covid-19. O resultado é o melhor para o mês de agosto da série histórica do Banco Central, iniciada em 2001. Além disso, a expressiva arrecadação dos estados e municípios está relacionado ao recebimento, pelo Rio de Janeiro, de parte dos recursos da privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) no valor de R\$ 15 bilhões. O leilão ocorreu em abril e o Estado recebeu os recursos decorrentes da concessão em agosto.

As despesas com juros ficaram em R\$ 46,5 bilhões em agosto, contra R\$ 45,1 bilhões no mês anterior e R\$ 34,3 bilhões em agosto de 2020. Esse aumento é oriundo da alta do IPCA e da taxa Selic no período, fixado pelo Banco Central para conter a inflação, que passou de 2% ao ano em agosto de 2020 para os atuais 6,25% ao ano. Destaca-se que essas variáveis econômicas representam parâmetros de correção e indexação de dívidas internas.

### 3.3. Finanças Públicas Maranhenses

#### a. Receitas

#### Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 4º bimestre de 2020 e 2021 - Valores em milhões, variação em (%)

Rótulos de Linha	Acum. do ano Jan-Ago		4º Bimestre		Var. absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>13.811,93</b>	<b>15.934,86</b>	<b>3.808,15</b>	<b>4.018,26</b>	<b>2.122,93</b>	<b>210,12</b>	<b>15,4</b>	<b>5,5</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.067,34	427,44	1.679,24	2.012,15	-5.639,90	332,91	-93,0	19,8
ICMS	5.443,47	6.267,63	1.414,74	1.704,87	824,16	290,13	15,1	20,5
IPVA	364,78	414,81	83,87	90,21	50,03	6,34	13,7	7,6
ITCD	12,52	78,60	4,02	7,08	66,09	3,06	528,0	76,1
IRRF	421,33	521,94	113,83	140,60	100,61	26,77	23,9	23,5
Taxes	202,36	252,47	62,77	69,39	50,11	6,62	24,8	10,5
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	431,39	427,44	140,78	124,19	-3,95	-16,60	-0,9	-11,8
Receita de Serviços	0,33	0,72	0,10	0,05	0,40	-0,05	120,9	-50,1
Receita Patrimonial	44,15	63,21	4,71	16,53	19,06	11,82	43,2	250,9
Transferências Correntes	7.158,72	7.770,27	1.938,06	1.818,47	611,55	-119,59	8,5	-6,2
CIDE	16,24	9,09	3,93	3,52	-7,15	-0,41	-44,0	-10,4
FPE	4.413,86	5.932,72	918,54	1.260,85	1.518,86	342,30	34,4	37,3
SUS	494,80	427,28	165,63	112,54	-67,52	-53,09	-13,6	-32,1
FUNDEB	462,60	645,59	148,67	170,12	182,98	21,45	39,6	14,4
Outras Transferências Correntes	1.771,22	755,61	701,29	271,45	-1.015,62	-429,84	-57,3	-61,3
Outras Receitas Correntes	110,00	137,69	45,25	92,93	27,69	47,68	25,2	105,4
<b>Receitas Correntes - INTRA</b>	<b>446,10</b>	<b>547,36</b>	<b>147,68</b>	<b>153,85</b>	<b>101,25</b>	<b>6,17</b>	<b>22,7</b>	<b>4,2</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>255,94</b>	<b>195,97</b>	<b>158,08</b>	<b>92,93</b>	<b>-59,97</b>	<b>-65,14</b>	<b>-23,4</b>	<b>-41,2</b>
Operações de Crédito	167,10	132,87	120,94	91,04	-34,23	-29,90	-20,5	-24,7
BID/PROFISCO	7,26	31,84	-	30,04	24,58	-	338,4	-
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	158,47	100,00	119,57	61,00	-58,47	-58,57	-36,9	-49,0
Caixa Econômica Federal	1,37	1,03	1,37	-	-0,34	-	-25,0	-
Alienação de Bens	-	3,82	-	1,69	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,43	59,27	0,01	0,20	58,84	0,20	13756,4	3479,5
Outras Receitas de Capital	85,88	0,01	85,88	-	-85,86	-	-100,0	-
<b>Receitas Intra Orçamentárias de Capital</b>	<b>-</b>	<b>105,45</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Deduções (-)</b>	<b>2.973,06</b>	<b>3.874</b>	<b>758,81</b>	<b>989,70</b>	<b>901,09</b>	<b>230,90</b>	<b>30,3</b>	<b>30,4</b>
<b>Total Geral</b>	<b>14.513,98</b>	<b>16.783,64</b>	<b>4.113,91</b>	<b>4.265,05</b>	<b>2.269,66</b>	<b>151,14</b>	<b>15,6</b>	<b>3,7</b>

Fonte: SEPLAN/MA

Utilizado para comparação internacional, o resultado nominal – quando se incorporam os juros da dívida pública na conta – foi deficitário em R\$ 29,7 bilhões em agosto de 2021. Já em 12 meses até agosto deste ano, o resultado ficou negativo em R\$ 466 bilhões (5,62% do PIB), valor considerado alto para padrões internacionais e economias emergentes. Essas informações são acompanhadas com atenção pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração pelos investidores.

#### Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) chegou a R\$ 4,9 trilhões em agosto de 2021, o que corresponde a 59,3% do PIB. Em julho, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 59,8%. A redução é procedente da desvalorização cambial de 0,42% sob o estoque da dívida que ocorreu no período. Além disso, há os efeitos do próprio crescimento do PIB nominal. No ano, a relação DLSP/PIB reduziu-se 3,4 p.p., evolução decorrente do efeito do crescimento do PIB nominal, dos juros nominais apropriados, e da valorização cambial acumulada de 1,0%, de acordo com o [Banco Central](#).

Ainda em agosto de 2021, a Dívida Bruta do Governo Central (DBGC) – que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu os R\$ 6,8 trilhões. O valor é equivalente a 82,7% do PIB contra 83,1% (correspondente a R\$ 6,8 trilhões) no mês anterior. A dívida bruta também é usada para traçar comparações internacionais, assim como o resultado nominal. Um dos motivos para a redução da DBGC foi o crescimento do PIB nominal (responsável por uma redução de 0,9 p.p.) no país, compensando as emissões de dívidas do governo e a desvalorização cambial.



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

No 4º bimestre de 2021, as Receitas Correntes do Estado do Maranhão registraram crescimento de R\$ 210,12 milhões (+5,5%) em relação ao mesmo período de 2020. O balanço total das receitas foi um aumento de R\$ 151,14 milhões (+3,7%) no período considerado.

### i. Receitas de Transferências

As Transferências Correntes registraram queda de R\$ 119,59 milhões (-6,2%) em comparação ao 4º bimestre do ano anterior.

Entre as razões desse resultado estão os decréscimos nos repasses do SUS (-R\$ 53,09 milhões; -32,1%), uma vez que teve seus valores incrementados ao longo de 2020 dado o estado de calamidade pública; e, Outras Transferências Correntes, que caiu em R\$ 429,84 milhões (-61,3%) no 4º bimestre de 2021. Ressalta-se que é nesse grupo que são contabilizados os auxílios financeiros da União, cuja concessão dos benefícios para o enfrentamento à pandemia teve o seu auge ao longo de 2020 e foi reduzido neste exercício.

Por outro lado, os repasses do FPE cresceram em R\$ 342,30 milhões (+37,3%) no 4º bimestre de 2021, o que explica em parte a tendência observada das transferências do FUNDEB, que se elevou em R\$ 21,45 milhões (+14,4%) no período considerado.

Outras Receitas Correntes registraram aumento de R\$ 47,68 milhões (+105,4%). O crescimento dessa receita refere-se em boa parte ao recolhimento de Outras Receitas Primárias, tais como o Fundo [Estadual de Desenvolvimento Industrial - FDI](#) que é uma receita não tributária e tem por finalidade proporcionar recursos em prol do desenvolvimento das atividades industriais, por meio da manutenção, operacionalização, fiscalização e contratação de serviços básicos infraestruturas de áreas e distritos industriais. As fontes de receitas desse Fundo são as contribuições obrigatórias das empresas que possuem benefícios fiscais do ICMS tais como atacadistas com benefício de crédito presumido para pagamento de 2% do ICMS, empresas industriais beneficiárias do Programa Mais Empresas e Subprogramas e Promaranhão.

Além do FDI, nesse bojo, destaca-se o [Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública \(MA\) – FADEP](#), cujos recursos utilizados têm por objetivo melhorar a estrutura administrativa do órgão. As fontes de receitas do Fundo são os honorários de sucumbência (valores que a parte vencida em um processo precisa pagar ao advogado da vencedora) nas ações patrocinadas por Defensor Público; recursos provenientes de convênios ou contratos; da prestação de serviços a terceiros; de aluguéis ou permissões de uso de espaços livres para terceiros onde funcionem os órgãos da Defensoria Pública; do produto da venda de publicações; os rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras, dentre outras. Contribuíram também para o saldo positivo, as Restituições e as Multas Previstas em Legislação Específica.

Em relação às Receitas de Capital, estas registraram queda de R\$ 65,14 milhões (-41,2%), influenciadas pelo decréscimo das liberações das Operações de Crédito assumidas nos últimos anos (-R\$ 29,90 milhões; -24,7%), especialmente, em decorrência das operações internas, tal como os recolhimentos do Banco do Brasil/BNDES/Governo do Estado (-R\$ 58,57 milhões; -49%).

### ii. Receitas Tributárias

O comportamento das Receitas Tributárias será descrito posteriormente, nesta seção, far-se-á a descrição dos fundamentos observados de dados fazendários acerca dos grupos de atividade econômica que registraram os maiores pesos no recolhimento do imposto no 4º bimestre de 2021:

- Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, com arrecadação de R\$ 347,6 milhões (+R\$ 55,8 milhões;

+19,1%): em nível nacional, o preço de medicamentos vendidos a hospitais caiu, em média, 2,29% em agosto, recuando pelo terceiro mês consecutivo. As informações constam na [publicação](#) de agosto do Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais - IPM-H, indicador criado pela Fundação Instituto de Pesquisas. Em contraste, o Estado do Maranhão representou um ponto fora da curva para o período ao registrar aumento na arrecadação para este grupo econômico, embora os casos de internação por Covid-19 venham apresentando queda nos últimos meses;

- Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, registrando somatório de R\$ 42,7 milhões (+R\$ 1,73 milhões; +4,2%): o [IBGE](#) aponta que em agosto, o aumento dos preços das carnes e miudezas de aves congeladas estiveram entre as principais influências sobre o índice da indústria de alimentos e que a elevação dos preços foi impactada tanto pelo aumento de custo na criação dos animais quanto pela maior demanda. Além das exportações, também houve o impacto do mercado interno, percebido pela tendência de substituição da carne bovina pela de frango. A combinação de entressafra e fatores ligados ao clima contribuiu para elevar os preços de alguns alimentos e insumos desse mercado;

- Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas, que registrou montante de R\$ 32,39 milhões (+R\$ 19,7 milhões; +154,8%): atribui-se este aumento ao crescente uso da [motocicleta](#) como alternativa aos meios de transporte e como fonte de sustento e emprego de algumas famílias. Corrobora esse fato, o crescimento dos serviços de entrega por aplicativos, sobretudo no período pandêmico. Durante esse período, observou-se que parte das pessoas que perderam o emprego formal migraram para os serviços de entrega;

- Energia Elétrica: Distribuição de Energia Elétrica, que registrou arrecadação de R\$ 158,42 milhões (+R\$ 28,47 milhões; +21,9%): em agosto, a energia elétrica residencial ficou 5% mais cara pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 IPCA-15. A alta foi mais intensa do que a verificada no IPCA-15 de julho, quando havia ficado 4,79% mais cara. Ressalta-se que este aumento decorre da crise hídrica que o Brasil está enfrentando. Com a escassez das chuvas, as usinas hidrelétricas ficam mais vazias, sendo necessário o acionamento das usinas termelétricas, mais caras e poluentes. O [Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS](#), avalia que o déficit de precipitação acumulado nos últimos 10 anos, denota que atravessamos uma das piores sequências hidrológicas de todo o histórico de vazões de 91 anos (1931-2021);

- Fabricação de Produtos do Refino do Petróleo apresentou somatório de R\$ 334,06 milhões (+R\$ 300,72; +901,7%) no bimestre considerado. Não se pode deixar de mencionar também a rubrica do Combustível, que embora esteja dentro do setor secundário nesta análise, é um importante vetor da inflação. A alta nos preços decorre tanto do comportamento no valor internacional da *commodity* quanto das variações cambiais. Desde 2016, a Petrobrás adota a política de Preço de Paridade Internacional (PPI), no qual o preço dos combustíveis segue o valor do petróleo no mercado internacional – que é cobrado em dólares – e como a moeda americana tem se mantido em um patamar elevado, os valores no Brasil também passam a ser altos. Em suma, o preço se eleva não porque o preço da *commodity* em si é alto, mas porque o dólar está mais caro. Portanto, a combinação desses fatores tem potencial para pressionar o preço dos combustíveis e, consequentemente, fazer com que a dinâmica da arrecadação seja positiva.

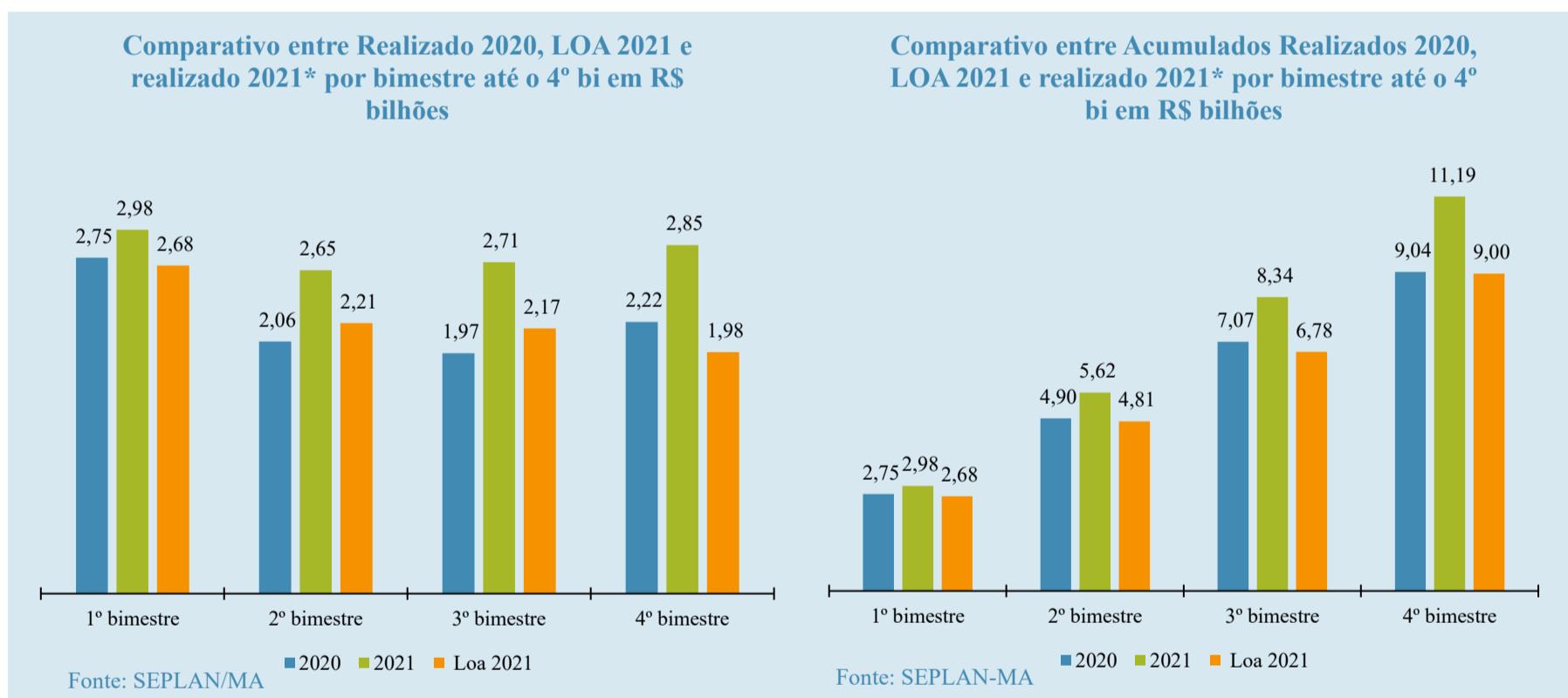


**Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – 4º bimestre de 2020 e 2021**

Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano de Jan-Ago		4º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b) - (a)	(d) - (c)	(b) / (a)	(d) / (c)
<b>Primário</b>	<b>34,29</b>	<b>105,65</b>	<b>9,87</b>	<b>15,57</b>	<b>71,36</b>	<b>5,70</b>	<b>208,1</b>	<b>57,8</b>
Agricultura	8,97	14,52	2,79	5,05	5,55	2,26	61,9	81,1
Pecuária	24,27	89,50	6,80	10,03	65,23	3,23	268,7	47,4
Pesca e Aquicultura	0,31	0,49	0,10	0,14	0,19	0,04	61,3	46,1
Produção Florestal	0,74	1,13	0,18	0,35	0,39	0,17	52,9	92,7
<b>Secundário</b>	<b>1.869,59</b>	<b>2.559,61</b>	<b>407,07</b>	<b>672,44</b>	<b>690,02</b>	<b>265,37</b>	<b>36,9</b>	<b>65,2</b>
Combustível	1.055,57	1.575,19	155,07	402,52	519,62	247,45	49,2	159,6
Energia Elétrica	22,09	31,22	3,27	10,99	9,13	7,71	41,3	235,7
Indústria de Transformação	771,55	934,12	243,13	253,53	162,57	10,41	21,1	4,3
Indústria Extrativista	18,00	13,36	4,94	3,82	-4,65	-1,12	-25,8	-22,6
Indústria - Outras	2,39	5,73	0,66	1,58	3,35	0,92	140,4	140,0
<b>Terciário</b>	<b>3.067,52</b>	<b>3.540,05</b>	<b>968,00</b>	<b>977,76</b>	<b>472,52</b>	<b>9,76</b>	<b>15,4</b>	<b>1,0</b>
Combustível	298,42	254,06	66,84	53,95	-44,36	-12,89	-14,9	-19,3
Comércio Atacadista	882,61	1.160,39	291,81	347,61	277,79	55,80	31,5	19,1
Comércio Varejista	731,27	930,42	246,67	268,03	199,15	21,36	27,2	8,7
Energia Elétrica	534,52	629,94	132,93	168,27	95,41	35,34	17,9	26,6
Outros Serviços	68,31	82,37	19,65	20,91	14,06	1,25	20,6	6,4
Serviços de Comunicação	265,58	327,13	70,27	74,10	61,55	3,83	23,2	5,4
Serviços de Transporte	286,81	155,74	139,83	44,90	-131,07	-94,93	-45,7	-67,9
<b>Total</b>	<b>4.971,40</b>	<b>6.205,31</b>	<b>1.384,93</b>	<b>1.665,77</b>	<b>1.233,91</b>	<b>280,83</b>	<b>24,8</b>	<b>20,3</b>

Fonte: BI-SEFAZ/MA.

**iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2021**



Os resultados do 4º bimestre de 2021 reforçam a melhora do panorama fiscal do Estado do Maranhão, no que tange aos incrementos de receita em relação aos valores orçados na LOA de 2021, registrando R\$ 2,85 bilhões, crescimento de 42,9% em relação àquela previsão; e, de 28,4% em relação ao realizado em 2020, na mesma base de comparação. Dessa forma, o acumulado do ano de 2021 até o 4º bimestre continua demonstrando a trajetória de crescimento das receitas, apurando R\$ 11,19 bilhões de janeiro até agosto de 2021, variação de 23,7% em relação ao mesmo período de 2020; e, 24,3% em relação ao planejado na LOA 2021. À respeito da comparação com a LOA 21, deve-se destacar que, no momento da elaboração daquele instrumento de planejamento, início do segundo semestre de 2020, convivia-se com o cenário pessimista das variáveis econômicas, assim como o panorama de seus riscos e incertezas de forma que a expectativa para crescimento da arrecadação fora bastante conservadora,

vislumbrando um baixo crescimento econômico nacional e estadual, decorrente dos grandes números de contaminações e óbitos como efeito da pandemia da COVID-19. Assim, embora a taxa de crescimento da economia não esteja fugindo do esperado, mantidas as expectativas de baixo crescimento para 2021, reiterase que variáveis exógenas favoreceram os ganhos de arrecadação do Estado do Maranhão associadas a uma fraca base de comparação com o período anterior.

O impacto da pandemia nos preços das *commodities* internacionais importadas pelo Maranhão, destacadamente, combustíveis, lubrificantes, derivados de petróleo e etanol, bem como, de fertilizantes fortaleceram a arrecadação de ICMS. A manutenção do patamar atual do câmbio também favoreceu o crescimento da arrecadação dessas fontes e, além disso, o crescimento da inflação justifica um incremento nas receitas – à despeito do custo e da perda do padrão de consumo das famílias.



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Diante desse panorama, a arrecadação de ICMS no 4º bimestre de 2021 registrou crescimento de R\$ 453,6 milhões em relação à LOA de 2021; e, no acumulado do ano, até o bimestre, incremento de R\$ 1,1 bilhão. Destaca-se também, o crescimento dos repasses do FPE, uma vez que a arrecadação da União também cresceu em detrimento de fatores exógenos e, consequentemente teve que distribuir quantias maiores aos Estados e Municípios, dito isso, observa-se o crescimento da transferência do FPE para o Maranhão no 4º bimestre na ordem R\$ 165,3 milhões; e, no acumulado do período, na cifra de R\$ 767,6 milhões.

Pontua-se que outras receitas também registraram crescimentos em relação aos valores orçados, tais como as transferências do SUS, que acumulou até 4º bimestre excesso de

arrecadação de R\$ 152,9 milhões; do FUNDEB com R\$ 98,7 milhões; e, da arrecadação de ITCD com R\$ 53,5 milhões.

Reitera-se que o crescimento das Receitas em relação ao Orçamento foram canalizados para a realização de políticas públicas, sobretudo aos gastos com investimentos e outras despesas correntes que haviam sido postergados em função da pandemia, e adicionalmente também serviram para amortecer alguns impactos atinentes aos pagamentos do Serviço da Dívida, juros e amortização do principal, que cresceram, fortemente, já que são indexadas por taxa de juros e índices de inflação (contratos internos) e câmbio (contratos externos), que sofreram altas dada ampliação das incertezas, o que será destacado na seção posterior.

### Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2021 realizado x Orçado na LOA 2021

Principais receitas	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	Ano
ICMS	228.977.907,81	112.984.688,12	323.767.750,80	453.616.983,64	1.119.347.330,38
IR	21.712.011,49	-	46.126.308,96	-	25.478.182,66
ITCD	1.925.507,45		1.474.072,85	47.210.619,11	2.910.594,75
IPVA	-	10.910.528,84	-	1.533.080,18	16.377.938,38
CIDE	-	2.845.978,90	-	35.697,78	2.034.564,52
Taxas	-	17.854.099,18	-	12.524.148,89	16.978.304,39
FPE	200.043.766,90		153.897.235,88	268.465.386,20	165.217.264,90
FUNDEB	-	160.161.459,03	200.005.926,05	-	206.869.645,34
SUS	32.528.133,14		40.169.466,02	39.104.842,36	41.087.768,16
<b>Total</b>	<b>293.415.260,84</b>	<b>431.322.004,50</b>	<b>541.725.427,98</b>	<b>875.545.752,38</b>	<b>2.142.008.445,70</b>

Fonte: SEPLAN/MA

### b. Despesas

#### Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 4º bimestre de 2020 e 2021 e acumulado até o 4º bimestre – Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	Acumulado até 4º bi		4º bimestre		Var. %		Var. Absoluta	
	2020	2021	2020	2021	Acum. 4º bi 21/20	4º bi21/ 4º bi20	Acum. 4º bi 21/20	4º bi21 - 4º bi20
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9.367,70</b>	<b>11.325,12</b>	<b>2.421,21</b>	<b>2.710,35</b>	<b>20,90</b>	<b>11,94</b>	<b>1.957,42</b>	<b>289,13</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.597,65	6.476,96	1.239,91	1.553,80	15,71	25,32	879,31	313,89
Juros e Encargos da Dívida	122,27	242,98	13,08	43,13	98,72	229,63	120,70	30,04
Outras Despesas Correntes	3.647,78	4.605,19	1.168,22	1.113,42	26,25	-4,69	957,41	-54,8
<b>Despesas de Capital</b>	<b>990,66</b>	<b>2.362,69</b>	<b>308,60</b>	<b>628,17</b>	<b>138,50</b>	<b>103,56</b>	<b>1.372,03</b>	<b>319,57</b>
Investimentos	662,66	1.501,06	238,60	536,23	126,52	124,74	838,40	297,63
Inversões Financeiras	74,10	144,88	63,35	29,13	95,51	-54,03	70,78	-34,22
Amortização da Dívida	253,90	716,75	06,65	62,82	182,30	844,83	462,85	56,17
<b>Total Geral</b>	<b>10.358,36</b>	<b>13.687,81</b>	<b>2.729,81</b>	<b>3.338,52</b>	<b>32,14</b>	<b>22,30</b>	<b>3.329,45</b>	<b>608,71</b>

Fonte: SEPLAN-MA

As despesas do 4º bimestre do ano de 2021, no total, mantiveram a dinâmica ascendente, como foi destacado nas edições anteriores deste RTF, crescendo R\$ 608,7 milhões (+22,3%) no 4º bimestre quando comparado com o mesmo período em 2020. Entre as categorias econômicas, o destaque recaiu sobre as Despesas com Capital, por conseguinte no grupo de natureza de Investimentos, em razão da recuperação das receitas, por conta da retomada da atividade econômica, e dado comportamento rígido e represado dessa variável, durante o ano anterior, e do contexto de incerteza acerca dos efeitos e duração da pandemia. Em relação à outra categoria, Despesas Correntes, as maiores altas se deram nas despesas com Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes, esta última representa gastos com as políticas públicas e manutenções da máquina pública.

Destaca-se também o crescimento do Serviço da Dívida, contabilizados nos grupos de Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, que possuem registros em ambas as

categorias assinaladas, justificado pela piora dos fundamentos econômicos do país que levaram ao aumento da taxa de juros, ao aumento da inflação e da desvalorização do real que, no limite, são balizadores tanto dos contratos de dívidas internas (duas primeiras variáveis) e externas (dólar). À frente será detalhado o comportamento de cada grupo de natureza de despesa.

As Despesas com Pessoal do 4º bimestre assinalaram uma variação positiva de R\$ 313,8 milhões (+25,3%) em relação ao período análogo no exercício anterior, tal variação pode ser explicada pela dificuldade de algumas Unidades Orçamentárias em regularizar essas despesas no ano da pandemia, o que influenciou negativamente na base de comparação daquele período e deste relatório. Acerca da dinâmica desse gasto, destaca-se ainda a vigência da LC 173/20 que tornou rígido quaisquer aumentos nesta natureza de despesa, impedindo aumentos salariais, no quantitativo de contratações, realização de concursos e dificultando promoções e progressões de cargos. Nesse sentido, é imperioso destacar que a



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

folha de ativos tendeu para uma leve diminuição, enquanto a folha de inativos, em especial do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadorias – FEPA, apresentou um leve crescimento, nesse período, dado aumento no quantitativo tanto de aposentados quanto de pensionistas. Desse modo, as comparações poderão ser efetuadas com maior acurácia nos meses subsequentes, quando as atividades do setor públicos da administração voltaram paulatinamente ao formato presencial, pois até aquele momento trabalhava-se no formato híbrido (presencial e *home-office*).

À despeito das Despesas com Pessoal, o grupo dos Investimentos permanece consolidado como um grande vetor das despesas públicas nos atuais momentos da conjuntura econômica, registrando, no 4º bimestre, aumento de R\$ 297,6 milhões (+124%) em comparação com o mesmo período no ano anterior. Como dito anteriormente, o dispêndio com investimentos objetiva a compensação das externalidades negativas advindas da pandemia, por exemplo, a queda no fluxo de renda no Estado em função do prolongamento das medidas de isolamento social. Nesse ínterim, o Estado entra com a sua função social de cobrir essas lacunas de modo a preservar o andamento da economia e estimular a demanda agregada.

O protagonismo no grupo dos Investimentos, tal como nos bimestres anteriores, fica por conta da Secretaria de Infraestrutura – SINFRA, que ao longo do ano tem assumido ativo papel, uma vez que a gestão tem focado em obras e expansão da infraestrutura, do tipo Obras de Infraestrutura que empreendeu um crescimento de 630% (+R\$ 183,5 milhões) entre o 4º bimestre de 2020 e 2021, essa rubrica compreende gastos com implementação, construção, conservação, manutenção, melhoramento e sinalização de rodovias, estradas e pontes estaduais. Há também os dispêndios com Obras Públicas para Uso Comum do Povo, que verificaram variação positiva de 1444% (+R\$ 14 milhões) de 2020 para 2021 no 4º bimestre, compreendendo a Reforma, Ampliação, Conservação e Manutenção de estruturas públicas tais como Hospitais, Praças, Sistemas de Abastecimento de Água, Habitações Rurais etc. nos mais diversos municípios maranhenses. Por fim, há a Pavimentação de Vias: os dispêndios com este tipo de obra registraram variação de 63,2% (+R\$ 20,8 milhões) entre os 4º bimestres de 2020 e 2021, é importante destacar que a pavimentação inclui vias dentro do perímetro urbano dos municípios.

As rubricas listadas não são de responsabilidade apenas da SINFRA, a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID também possui participação nesse tipo de gasto, dentro do grupo de Investimento, registrando variação positiva de 162% (+R\$ 179 milhões). Em se tratando da SECID, os dispêndios com Investimento envolvem principalmente Obras Públicas para Uso Comum do Povo. Nesta rubrica, registrou-se valoração na ordem de 2121% (R\$ 37 milhões) no 4º bimestre. Nos investimentos da mesma secretaria também aconteceram Obras de Pavimentação de Vias em vários municípios, incluindo as que ocorreram via emendas parlamentares. Nesse âmbito, o crescimento constatado foi de 16,7% (R\$ 5,7 milhões), tais obras além de trazerem retorno em termos de qualidade de vida para a população, contribuem para mitigar os efeitos ainda pertinentes das externalidades negativas da pandemia e podem até mesmo contribuir na melhora da arrecadação por meio do efeito multiplicador.

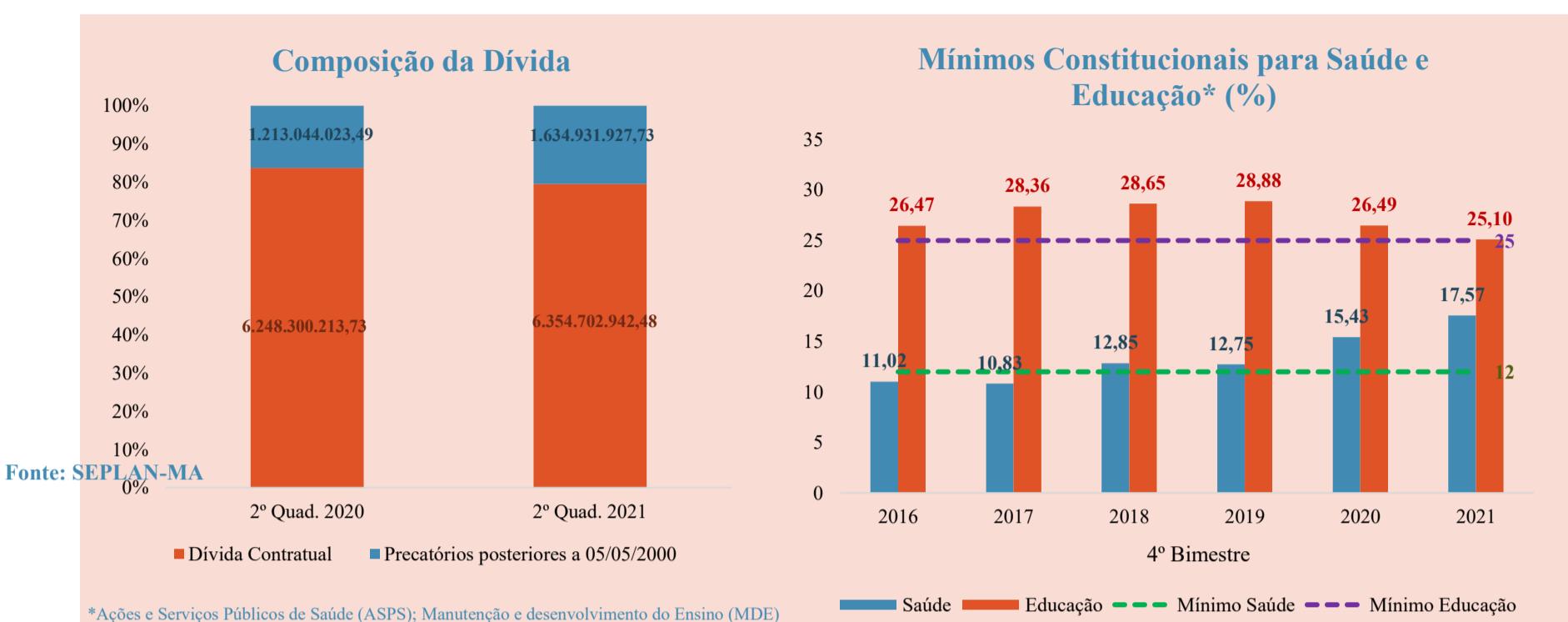
O grupo de Outras Despesas Correntes – ou simplesmente Custeio – foi o único grupo das Despesas Correntes a apresentar variação negativa no 4º bimestre de 2021 em relação ao ano anterior, a qual foi de 4,69% (R\$ 54 milhões), explicada pela redução ou mesmo a não-repetição de alguns gastos em relação ao mesmo período de 2020, como Locação de Mão-de-Obra, Sentenças Judiciais, Multas e Taxas. A Secretaria de Estado da Saúde – SES, a Unidade Orçamentária de maior relevância neste grupo, registrou redução na comparação do 4º bimestre de 2020 e 2021, registrando a ordem de 26,7% (R\$ 175 milhões). Insta comentar que, embora os dados apontem pela redução do custeio nesse interregno de 2021 em comparação com o anterior, a SES continuou ampliando a rede de assistência da saúde, entretanto como o auge da pandemia do Covid-19 ocorreu naquele ano, os gastos dessas naturezas levaram ao aumento daquela base de comparação e foram, na sua maior parte, temporários.

No agregado, os órgãos que mais tiveram dispêndio de recursos foram a SES e a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, respectivamente, reforçando a direção tomada pela gestão no que tange o combate à pandemia e a manutenção do ensino que retoma, gradualmente, a modalidade de aulas presenciais. Além disso, há uma exigência legal para manter o Estado dentro dos limites mínimos constitucionais que exige ao ente federado quotas mínimas da Receita Líquida de Impostos – RLI para o financiamento de saúde e educação (12% para Saúde e 25% para Educação), então, é comum que o ponto focal das despesas públicas seja, de fato, nestes dois segmentos. No 4º bimestre esses limites foram cumpridos, a porcentagem em relação à RLI gasta na Saúde foi de 17,57% e na Educação, 25,10%.

No grupo das Inversões Financeiras, houve um decréscimo no 4º bimestre de 2021 em relação a 2020, na faixa de 54% (R\$ 34,2 milhões), tal queda foi verificada principalmente no elemento de Constituição ou Aumento do Capital de Empresas referentes ao capital da CAEMA (-R\$ 29 milhões) e MAPA (-R\$ 5 milhões). Este elemento refere-se à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer espécie, já constituídas quando a operação não importe aumento do capital.

No cômputo geral do Serviço da Dívida, o pagamento de todos os Juros e Encargos devidos pelo Estado variou positivamente no 4º bimestre em relação ao período análogo em 2020 em 229% (R\$ 30 milhões), e as amortizações variaram positivamente em 844% (R\$ 56,1 milhões). Entre as dívidas contratuais, destaca-se o contrato da Dívida Externa com BofA, indexada em dólar e com pagamentos semestrais (Janeiro e Julho), que representaram alta em função da desvalorização do real. Outras dívidas, Dívidas Internas, com contratos junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e BB, sofreram variações decorrentes dos aditivos contratuais realizados em 2020.

Observando o panorama, o total das despesas empenhadas no acumulado até o 4º bimestre de 2021, temos um aumento de 32,1% (R\$ 3,3 bilhões), o que denota a direção tomada pela atual gestão de não apenas lidar com a pandemia no tempo presente, mas para compensar as externalidades negativas geradas pela crise sanitária por meio, principalmente, de Obras de Infraestrutura, além dos aumentos no Custeio devido a expansão de diversas estruturas de Saúde e dos produtos destas obras.



A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – estabelece limites para o quanto o Estado pode se endividar e para o quanto pode comprometer sua receita com Despesas com Pessoal. No caso da Dívida Consolidada do Estado – DC, há dois limites: o Limite de Alerta e o Limite Máximo, o Limite de Alerta é 180% da Receita Corrente Líquida – RCL, enquanto o Limite Máximo compreende 200% da RCL. Com relação às Despesas com Pessoal, subdivide-se a análise entre Poder Executivo e Todos os Poderes, para cada uma parte-se de um limite máximo, em termos percentuais da RCL, 49% e 60%, respectivamente; para, 46,55% e 57%, no limite

**“o Estado do Maranhão registrou uma Dívida Consolidada em 29,85% da RCL, isso significa que o Estado não apenas foi capaz de manter sua DC bastante abaixo do Limite de Alerta como também abaixo da Média Nacional do Indicador, que foi de 41,21% no período”**

relação aos limites. Conforto esse, evidentemente, menor que o da DC, uma vez que para as Despesas com Pessoal os limites são mais baixos. O percentual registrado da Despesa Total com Pessoal – DTP do Executivo em relação à RCL no 2º Quadrimestre de 2021 foi de 37,73%, uma distância de 6,37 p.p. do Limite de Alerta (ou R\$ 1,1 bilhão em termos absolutos). Quando comparado com o percentual do 2º Quadrimestre de 2020 (37,17%) há um crescimento na ordem dos 0,56 p.p e diferentemente dos valores ao longo do tempo da DC, a DTP segue uma curva ascendente, com um crescimento sutil, apesar do aumento da arrecadação, que, como já exposto na análise das despesas do Estado, pode estar relacionada com o crescimento da folha de inativos em função da dinâmica previdenciária.

Com relação aos demais limites, as esferas do poder público consideradas são o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público – MP, cada qual com seus limites (ver tópico “Os Limites para a Despesa com Pessoal”), para o Legislativo, a relação DTP/RCL foi de 2,8%, do Judiciário, 5,5% e do MP, 2,2%. Para o Consolidado, isto é, o agregado de todas essas esferas do poder público, a relação DTP/RCL ficou em 48,27%, uma distância de 5,7 p.p. para o Limite de Alerta. A [LC 173/2020](#) limitou a capacidade dos governos de aumentarem suas despesas com pessoal, isso em parte explica a distância para os limites, entretanto a expectativa é de que tal percentual cresça à partir de 2022, uma vez que a referida Lei Complementar expira no dia 31 de Dezembro de 2021 e os governos poderão retomar as nomeações, progressões, abertura de concursos e etc.

Prudencial; e, 44,10% e 54%, limite de Alerta, nesta ordem para os tipos sinalizados.

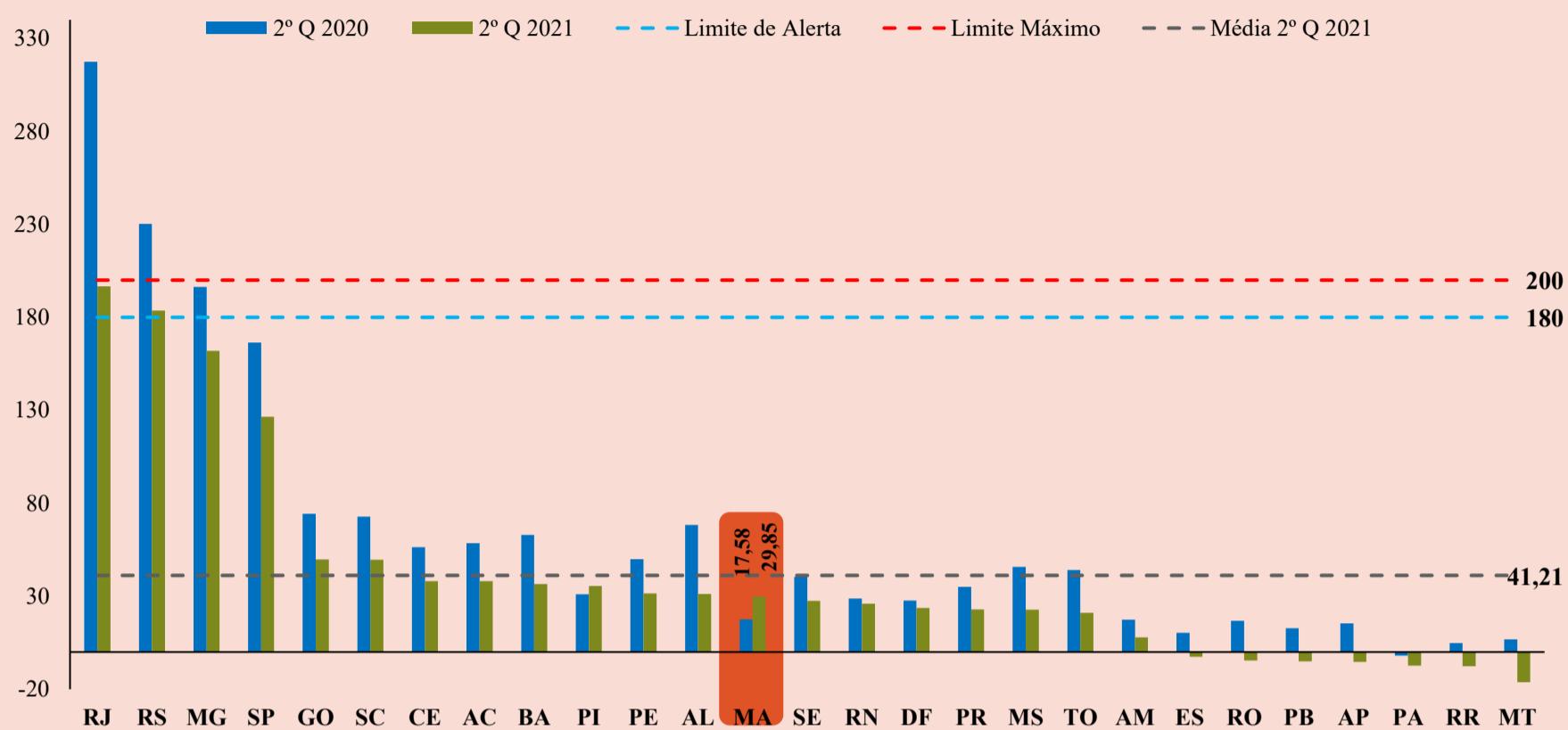
Para o 2º Quadrimestre de 2021, o Estado do Maranhão registrou uma Dívida Consolidada em 29,85% da RCL, isso significa que o Estado não apenas foi capaz de manter sua DC bastante abaixo do Limite de Alerta como também abaixo da Média Nacional do Indicador, que foi de 41,21% no período. Embora no comparativo com o 2º bimestre do ano anterior tenha havido um aumento de 12,3 p.p, o valor encontra-se numa curva descendente, que no 3º Quadrimestre de 2020 a relação DC/RCL encontrava-se em 41,79%, no 1º Quadrimestre de 2021 estava em 33,78% até o valor atua

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo no 2º Quadrimestre de 2021 também apresentou certo conforto com



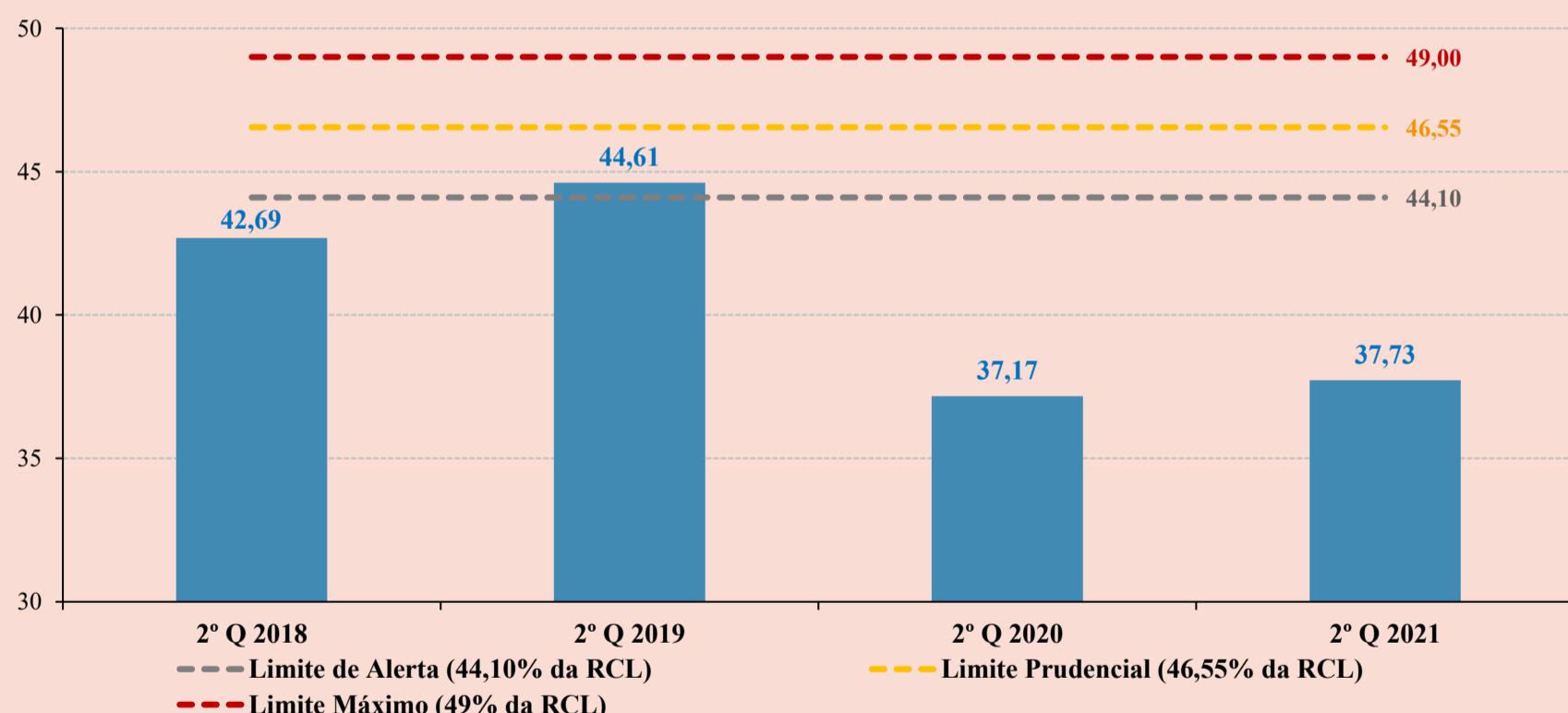
GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

### Participação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados (%) – 2º quadrimestre de 2020 e 2021



Fonte: STN.

### Participação da Despesa Total com Pessoal (DTP) do Executivo sobre a RCL do Estado (%) – 2º quadrimestre de 2020 e 2021



Fonte: STN.

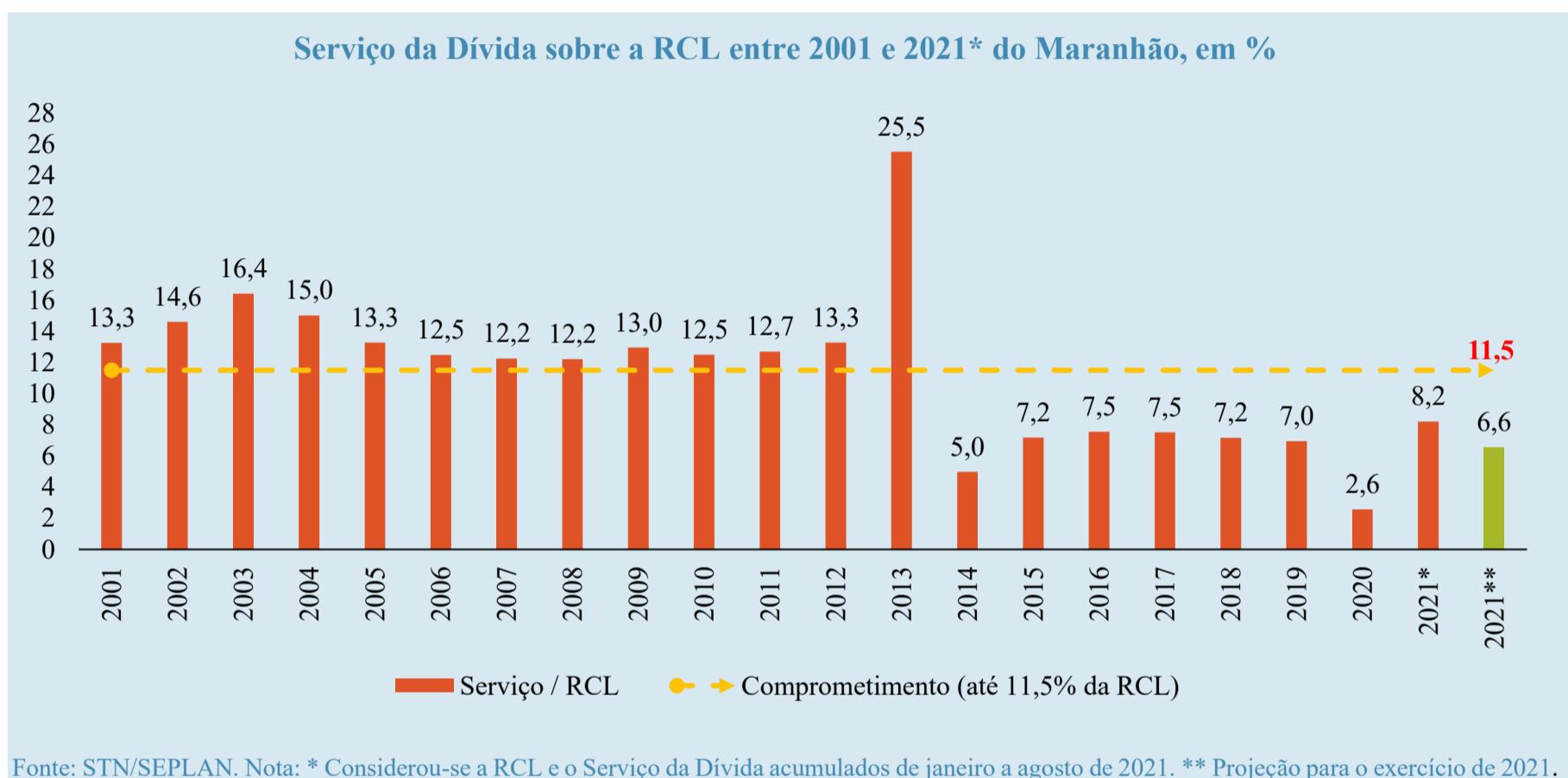


## 4. TÓPICOS EXTRAS

### 4.1 Evolução e Perspectiva do Serviço da Dívida do Estado do Maranhão

No âmbito das despesas, a fatia representativa do Serviço da Dívida (Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida) é de aproximadamente R\$ 1 bilhão ou 8% de tudo que se gasta no Estado do Maranhão por ano. Atrelado a isso e consubstanciado no artigo 7, inciso II, da [Resolução 43 do Senado Federal, de 26 de dezembro de 2001](#), que trata dos limites e condições para a realização de operações de crédito, o comprometimento anual com Serviço da dívida pública não deve ultrapassar o percentual de 11,5% em proporção a Receita Corrente Líquida (RCL).

Nesse bojo, por meio do Gráfico abaixo, aponta-se 3 destaques acerca dos pagamentos do Serviço da Dívida no período recente. São eles: I – Reestruturação da Dívida Pública do Estado do Maranhão em 2013; II – Cumprimento do limite de 11,5% da RCL no pós-reestruturação da dívida; e III – Comportamento do Serviço da Dívida no Exercício de 2020, início da pandemia da COVID 19.



Fonte: STN/SEPLAN. Nota: \* Considerou-se a RCL e o Serviço da Dívida acumulados de janeiro a agosto de 2021. \*\* Projeção para o exercício de 2021.

Com a escalada dos pagamentos dessas despesas obrigatórias entre 2001 e 2012, em 2013 o ente instituiu o Programa Reestruturação das Dívidas do Estado do Maranhão, o qual se refere a liquidação de resíduos de dívidas do Estado com a União, contraídas em razão das Leis Federais nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Tratou-se à época de operação de crédito externa no valor de U\$S 747.090.422,90 junto ao *Bank of America Merrill Lynch* (BofA), cujo período de carência foi de 18 meses e de amortização 102 meses perfazendo os 120 meses ou 10 anos para quitação.

Com o fim do período de carência daquela dívida, especificamente em 2015, percebe-se uma mudança no comportamento dos pagamentos do Serviço da Dívida do Maranhão, conforme se vê no Gráfico abaixo.

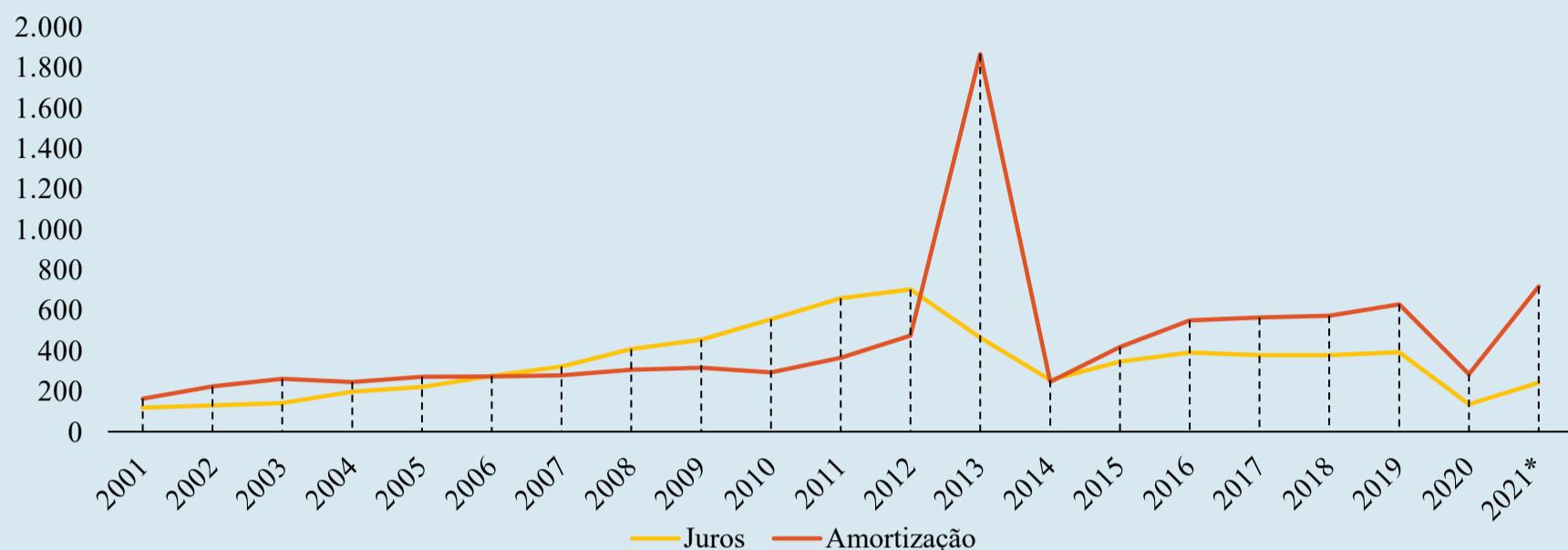
Até o ano de 2012, os Juros estiveram superiores a Amortizações em 7 anos consecutivos (2006-2012) e, após a restruturação ocorrida em 2013, esses Juros praticamente se igualam ao Principal da Dívida no exercício de 2014. No ano seguinte (2015), até agosto de 2021, as Amortizações superaram os pagamentos de Juros e Encargos da Dívida do Maranhão.

Isso se deve, essencialmente, pela valorização do dólar que quase duplicou em um interregno de 8 anos, sendo que este explica cerca de 45% do Serviço da Dívida do Maranhão, uma vez que por conta do novo perfil de endividamento (Sistema SAC), no qual as

parcelas tenderiam a cair, em função do abatimento regular de Amortizações do Principal e dado que os Juros e Encargos, nesse perfil, em cada prestação, são menores em função do que são calculados dado o novo Estoque da Dívida a ser pago.



### Evolução dos pagamentos de Juros e Amortização do Maranhão entre 2001 e 2021\*, em R\$ milhões



Fonte: SEPLAN. Nota: \*Trata-se de valores acumulados até agosto.

O terceiro destaque evidencia o cumprimento do limite de comprometimento do Serviço da Dívida do ente estadual. Entre 2014 e 2021, o Estado do Maranhão honrou esta regra fiscal, mantendo, dessa maneira, média de 6,5% de comprometimento em proporção a sua RCL, o que possibilitou realizar operações de créditos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) voltadas para as áreas de transporte, infraestrutura, e modernização da gestão pública, perfazendo o montante de cerca de R\$ 591 milhões no período em análise.

estabelecido na Resolução 43 do Senado Federal e possibilitando que o ente capte empréstimos para implementação de suas políticas públicas, corroborado ainda com outras regras fiscais indispensáveis para os pleitos como a Capacidade de Pagamento (CAPAG).

**O Estado do Maranhão honrou a regra fiscal do cumprimento do limite de comprometimento da sua dívida, possibilitando as operações de crédito em vigência.**

Por último, destaca-se o impacto da pandemia da COVID-19 no Serviço da Dívida nos anos de 2020 e 2021. Por meio da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, os entes federativos foram agraciados com a suspensão dos pagamentos de suas dívidas com União, bancos nacionais e organismos multilaterais, engendrando uma interrupção de R\$ 452,5 milhões, impacto no qual pode ser visto no indicador uma vez que registrou a menor relação da série histórica (2,6% da RCL, 5,0% em 2014) iniciada em 2001. Como consequência da postergação do pagamento das dívidas, de janeiro a agosto de 2021 o Maranhão registrou Serviço da Dívida de aproximadamente R\$ 960 milhões indicando um percentual de 8,2% da RCL.

Em síntese, a perspectiva para o final do exercício de 2021 é de que o Maranhão registre com Serviço da Dívida o montante de R\$ 1,16 bilhão, o que resultaria uma proporção de 6,6% frente a RCL, horando com folga o limite de comprometimento



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

#### 4.2. Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios

O Índice de valores a serem repassados aos municípios é composto em 75% da proporção do Valor Adicionado do ICMS, 50% do IPVA e 10% do FPEX (conforme [Art. 159](#) da Constituição Federal) realizados em seus territórios; 15% em quotas iguais para todos os municípios; 5% na proporção da população do município

em relação ao Estado e 5% na proporção da área territorial do município relativa à do estado. Os valores dos repasses são divulgados mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA).

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 4º Bim 2021
ACAILANDIA	3,43	44.021.215,96
AFONSO CUNHA	0,09	1.107.391,77
AGUA DOCE DO MARANHAO	0,10	1.183.104,44
ALCANTARA	0,13	1.686.300,23
ALDEIAS ALTAS	0,21	2.530.759,17
ALTAMIRA DO MARANHAO	0,11	1.413.341,59
ALTO ALEGRE DO MARANHAO	0,19	2.409.901,10
ALTO ALEGRE DO PINDARE	0,16	2.067.798,94
ALTO PARNAIBA	0,77	9.086.504,46
AMAPA DO MARANHAO	0,09	1.106.410,33
AMARANTE DO MARANHAO	0,36	4.651.619,27
ANAJATUBA	0,13	1.700.435,59
ANAPURUS	0,20	2.443.419,78
APICUM ACU	0,10	1.293.893,68
ARAGUANA	0,10	1.289.532,93
ARAIOSSES	0,17	2.075.906,25
ARAME	0,22	2.752.482,53
ARARI	0,17	2.291.746,92
AXIXA	0,09	1.196.111,25
BACABAL	0,95	13.918.407,14
BACABEIRA	0,36	4.512.713,72
BACURI	0,11	1.352.003,03
BACURITUBA	0,08	994.651,20
BALSAS	3,98	52.461.859,71
BARAO DE GRAJAU	0,24	2.911.339,99
BARRA DO CORDA	0,44	6.735.240,45
BARREIRINHAS	0,32	4.200.762,65
BELA VISTA DO MARANHAO	0,10	1.308.165,30
BELAGUA	0,09	1.043.469,01
BENEDITO LEITE	0,12	1.434.410,89
BEQUIMAO	0,12	1.599.126,59
BERNARDO DO MEARIM	0,09	1.084.283,84
BOA VISTA DO GURUPI	0,10	1.174.200,16
BOM JARDIM	0,45	5.608.280,38
BOM JESUS DAS SELVAS	0,36	4.428.434,67
BOM LUGAR	0,12	1.542.859,60
BREJO	0,28	3.448.509,60
BREJO DE AREIA	0,10	1.241.098,70
BURITI	0,19	2.265.029,80
BURITI BRAVO	0,15	1.931.118,34
BURITICUPU	0,54	7.191.161,93
BURITIRANA	0,13	1.570.788,06
CACHOEIRA GRANDE	0,09	1.105.452,54
CAJAPIO	0,09	1.119.793,76
CAJARI	0,10	1.284.269,41
CAMPESTRE DO MARANHAO	0,33	3.990.636,75
CANDIDO MENDES	0,13	1.549.122,72
CANTANHEDE	0,12	1.565.907,31
CAPINZAL DO NORTE	0,21	2.521.278,76
CAROLINA	0,50	6.238.666,72
CARUTAPERNA	0,17	2.093.745,54
CAXIAS	1,57	21.149.144,73
CEDRAL	0,09	1.098.457,43
CENTRAL DO MARANHAO	0,09	1.025.024,60
CENTRO DO GUILHERME	0,11	1.361.946,34
CENTRO NOVO DO MARANHAO	0,25	3.013.250,97
CHAPADINHA	0,41	5.952.682,87
CIDELANDIA	0,20	2.546.934,50
CODO	0,77	10.174.894,04
COELHO NETO	0,26	3.323.958,06
COLINAS	0,26	3.494.423,52
CONCEICAO DO LAGO ACU	0,11	1.404.065,46
COROATA	0,27	3.648.667,83
CURURUPU	0,16	2.001.227,34
DAVINOPOLIS	0,70	8.281.373,64
DOM PEDRO	0,18	2.687.583,00
DUQUE BACELAR	0,09	1.117.501,91
ESPERANTINOPOLIS	0,13	1.747.485,26
ESTREITO	1,12	13.830.057,43
FEIRA NOVA DO MARANHAO	0,12	1.474.636,10
FERNANDO FALCAO	0,20	2.396.727,42
FORMOSA DA SERRA NEGRA	0,21	2.678.752,94
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	0,22	2.824.354,07



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 4º Bim 2021
FORTUNA	0,12	1.501.641,25
GODOFREDO VIANA	0,43	5.091.164,50
GONCALVES DIAS	0,13	1.665.537,46
GOVERNADOR ARCHER	0,10	1.223.658,65
GOVERNADOR EDSON LOBAO	0,26	3.233.637,29
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	0,12	1.539.898,59
GOVERNADOR LUIZ ROCHA	0,10	1.210.460,86
GOVERNADOR NEWTON BELLO	0,14	1.655.104,22
GOVERNADOR NUNES FREIRE	0,16	2.126.864,65
GRACA ARANHA	0,09	1.114.521,69
GRAJAU	0,87	11.304.175,66
GUIMARAES	0,10	1.185.749,39
HUMBERTO DE CAMPOS	0,15	1.777.971,43
ICATU	0,12	1.475.734,60
IGARAPE DO MEIO	0,20	2.537.044,38
IGARAPE GRANDE	0,13	1.601.983,39
IMPERATRIZ	7,97	110.146.378,57
ITAIPAVA DO GRAJAU	0,11	1.396.699,57
ITAPECURU MIRIM	0,44	5.943.707,72
ITINGA DO MARANHAO	0,45	5.792.995,51
JATOBÁ	0,10	1.189.773,91
JENIPAPO DOS VIEIRAS	0,13	1.628.706,62
JOAO LISBOA	0,24	3.174.678,44
JOSELANDIA	0,11	1.408.639,51
JUNCO DO MARANHAO	0,09	1.100.147,08
LAGO DA PEDRA	0,27	3.966.102,05
LAGO DO JUNCO	0,10	1.305.849,28
LAGO DOS RODRIGUES	0,09	1.255.426,21
LAGO VERDE	0,13	1.642.147,68
LAGOA DO MATO	0,12	1.395.919,12
LAGOA GRANDE DO MARANHAO	0,11	1.421.631,95
LAJEADO NOVO	0,12	1.478.028,50
LIMA CAMPOS	0,28	3.334.795,61
LORETO	0,44	5.256.959,32
LUIS DOMINGUES	0,09	1.054.243,03
MAGALHAES DE ALMEIDA	0,13	1.603.737,36
MARACACUME	0,15	2.076.222,29
MARAJA DO SENA	0,12	1.388.194,67
MARANHAOZINHO	0,12	1.490.336,57
MATA ROMA	0,17	2.161.361,91
MATINHA	0,13	1.755.746,69
MATOES	0,17	2.105.272,14
MATOES DO NORTE	0,10	1.239.974,20
MILAGRES DO MARANHAO	0,10	1.169.038,44
MIRADOR	0,31	3.699.199,74
MIRANDA DO NORTE	0,79	9.459.551,32
MIRINZAL	0,12	1.482.700,33
MONCAO	0,14	1.793.722,20
MONTES ALTOS	0,14	1.711.093,03
MORROS	0,13	1.635.473,39
NINA RODRIGUES	0,10	1.154.466,46
NOVA COLINAS	0,12	1.502.772,09
NOVA IORQUE	0,13	1.496.209,41
NOVA OLINDA DO MARANHAO	0,16	1.934.866,82
OLHO DAGUA DAS CUNHAS	0,20	2.635.929,42
OLINDA NOVA DO MARANHAO	0,10	1.241.788,38
PACO DO LUMIAR	0,51	9.166.293,45
PALMEIRANDIA	0,11	1.352.948,09
PARAIBANO	0,14	1.912.854,64
PARNARAMA	0,30	3.608.859,00
PASSAGEM FRANCA	0,14	1.771.485,42
PASTOS BONS	0,18	2.359.866,33
PAULINO NEVES	0,53	6.221.075,43
PAULO RAMOS	0,18	2.342.984,63
PEDREIRAS	0,34	5.100.386,55
PEDRO DO ROSARIO	0,13	1.621.042,04
PENALVA	0,15	1.883.308,09
PERI MIRIM	0,10	1.226.600,51
PERITORO	0,18	2.277.495,56
PINDARE MIRIM	0,17	2.295.193,15
PINHEIRO	0,46	6.867.929,57
PIO XII	0,14	1.955.126,02
PIRAPEMAS	0,11	1.395.683,31
POCAO DE PEDRAS	0,13	1.721.877,25
PORTO FRANCO	0,76	9.463.150,26
PORTO RICO DO MARANHAO	0,08	994.659,14
PRESIDENTE DUTRA	0,38	5.718.808,44
PRESIDENTE JUSCELINO	0,09	1.103.316,78
PRESIDENTE MEDICI	0,09	1.133.399,16
PRESIDENTE SARNEY	0,10	1.280.804,14
PRESIDENTE VARGAS	0,09	1.106.735,27
PRIMEIRA CRUZ	0,11	1.250.948,17
RAPOSA	0,20	2.802.145,85



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 4º Bim 2021
RIACHAO	0,63	7.594.867,24
RIBAMAR FIQUENE	0,13	1.577.660,80
ROSARIO	0,25	3.344.744,75
SAMBAIBA	0,51	5.917.444,28
SANTA FILOMENA DO MARANHAO	0,09	1.118.430,90
SANTA HELENA	0,19	2.486.327,65
SANTA INES	0,79	11.830.643,89
SANTA LUZIA	0,48	6.361.045,94
SANTA LUZIA DO PARUA	0,18	2.444.624,91
SANTA QUITERIA DO MARANHAO	0,15	1.939.605,03
SANTA RITA	0,19	2.725.912,42
SANTANA DO MARANHAO	0,10	1.189.214,32
SANTO AMARO DO MARANHAO	0,11	1.336.192,00
SANTO ANTONIO DOS LOPES	2,45	28.550.457,47
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	0,12	1.516.225,92
SAO BENTO	0,16	2.244.909,03
SAO BERNARDO	0,20	2.539.372,34
SAO DOMINGOS DO AZEITAO	0,34	4.126.730,76
SAO DOMINGOS DO MARANHAO	0,23	3.222.461,43
SAO FELIX DE BALSAS	0,14	1.657.057,48
SAO FRANCISCO DO BREJAO	0,14	1.836.515,98
SAO FRANCISCO DO MARANHAO	0,12	1.466.611,02
SAO JOAO BATISTA	0,11	1.407.957,78
SAO JOAO DO CARU	0,12	1.432.005,36
SAO JOAO DO PARAISO	0,19	2.344.834,98
SAO JOAO DO SOTER	0,12	1.415.056,98
SAO JOAO DOS PATOS	0,19	2.809.002,86
SAO JOSE DE RIBAMAR	1,07	17.802.762,65
SAO JOSE DOS BASILIOS	0,09	1.078.546,91
SAO LUIS	32,87	445.662.011,11
SAO LUIZ GONZAGA DO MARANHAO	0,15	1.896.952,22
SAO MATEUS DO MARANHAO	0,21	3.006.991,21
SAO PEDRO DAGUA BRANCA	0,18	2.202.602,75
SAO PEDRO DOS CRENTES	0,12	1.534.298,41
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0,65	7.879.446,97
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,09	1.041.027,74
SAO ROBERTO DO MARANHAO	0,09	1.054.255,58
SAO VICENTE DE FERRER	0,12	1.465.181,84
SATUBINHA	0,10	1.190.275,95
SENADOR ALEXANDRE COSTA	0,10	1.215.451,34
SENADOR LA ROCQUE	0,21	2.679.970,56
SERRANO DO MARANHAO	0,10	1.181.754,73
SITIO NOVO	0,24	2.976.093,87
SUCUPIRA DO NORTE	0,15	1.829.877,40
SUCUPIRA DO RIACHAO	0,09	1.105.362,15
TASSO FRAGOSO	1,05	12.252.223,01
TIMBIRAS	0,14	1.753.687,04
TIMON	1,24	16.530.701,14
TRIZIDELA DO VALE	0,42	5.179.396,16
TUFILANDIA	0,09	1.072.287,71
TUNTUM	0,25	3.238.832,34
TURIACU	0,16	2.007.153,68
TURILANDIA	0,13	1.622.641,40
TUTOIA	0,26	3.306.558,68
URBANO SANTOS	0,19	2.432.018,16
VARGEM GRANDE	0,21	2.781.065,52
VIANA	0,23	3.244.516,36
VILA NOVA DOS MARTIRIOS	0,20	2.424.765,20
VITORIA DO MEARIM	0,17	2.309.183,46
VITORINO FREIRE	0,21	2.936.471,40
ZE DOCA	0,36	4.942.954,43
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>1.319.051.657,11</b>

